



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO

LUCAS ALEXSSANDHER TAVARES FONSECA

OS ENIGMAS DA AUTOGESTÃO SOCIALISTA: um ensaio baseado nas formulações
de István Mészáros

NATAL/RN

2019

LUCAS ALEXSSANDHER TAVARES FONSECA

OS ENIGMAS DA AUTOGESTÃO SOCIALISTA: um ensaio baseado nas formulações
de István Mészáros

Monografia submetida à coordenação do Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva

NATAL/RN

2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Sistema de Bibliotecas - SISBI Catalogação de
Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Fonseca, Lucas Alexssandher Tavares.

Os Enigmas da autogestão socialista: uma análise baseada nas
formulações de István Mészáros / Lucas Alexssandher Tavares Fonseca.
- 2019.

67f.:il

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do
Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,
Departamento de Serviço Social. Natal, RN, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva.

1. Autogestão - Monografia. 2. Socialismo - Monografia. 3.
Trabalho - Monografia. 4. Crise Estrutural do Capital - Monografia.
5. Economia Solidária - Monografia. I. Silva, Roberto Marinho Alves
da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca do CCSA

CDU 330.342.15

LUCAS ALEXSSANDHER TAVARES FONSECA

OS ENIGMAS DA AUTOGESTÃO SOCIALISTA: um ensaio baseado nas formulações
de István Mészáros

Monografia submetida à coordenação do Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: ____/____/____

Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/DESSO

Prof^a. Ma. Lenilze Cristina da Silva Dias (Membro Interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/DESSO

Prof^a. Dr^a. Rosângela Alves de Oliveira (Membro Interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/DESSO

NATAL/RN

2019

Aos meus avós: Arlinda Dantas da Silva (in memoriam) e Genivaldo Tavares da Silva (in memoriam) que me ensinaram sobre amar. À tantos Jheys, Lulas e, tantas Auroras, Marielles e Ágathas que me ensinam sobre lutar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, à Oxalá, Iansã e todas as forças regentes do universo pela proteção, cuidado, paciência e amor. O caminho trilhado até aqui não foi fácil, mas seria muito mais difícil se não fosse guiado por vocês.

Agradeço a toda a minha família, pelo apoio, pelo abrigo, pela comida, pela educação, pelo carinho, pela convivência e pela vida. Sobretudo a minha mãe Evanceleia, carinhosamente chamada de Eva, técnica em enfermagem que nunca desistiu de mim e comprou todos os meus sonhos e loucuras como se fossem dela. Minha mãe que por muitas vezes abdicou de seus sonhos no mundo para concretizar com muito suor tudo em nossa vida. Mãe solo e leonina, ela nunca pensou duas vezes antes de realizar qualquer desejo meu e do meu irmão, todos nos trilhos da educação, do amor e, sobretudo, do respeito. Devo parte de quem eu sou à sua dedicação e seu “gênio forte” como diria minha avó. A outra parte de quem eu sou, devo à minha “ia”, Maria de nome forte que faz parte da nossa família há muitos anos. À minha Maria devo minha proteção. A sua benção e reza são aquilo que me mantém de pé.

Agradeço a minha querida orientadora, companheira e mais que amiga, uma verdadeira mãe que a Universidade e a vida me deram, Rosângela Alves de Oliveira. Sei que ela lembra com muito carinho do menino, gay, da periferia que entrou na universidade com 16 anos e cheio de aspirações, mas sem nem saber como permanecer. A sua acolhida, seu abraço e suas palavras por muitas vezes foram/são o oxigênio necessário para eu pudesse continuar na academia. Foi muito incrível aprender com você, e conhecer a forte mulher paraibana por trás da professora, coordenadora da INICIES e tutora do PET. Obrigado por sua compreensão e doçura de sempre. Você, sem dúvida, é um exemplo para mim.

Agradeço à minha irmã, fiel escudeira e confidente dos últimos anos, Lara Thaís que conheci na escola e que até hoje mantenho contato e uma relação de amizade extremamente verdadeira e necessária. Sinto muito que os períodos da universidade tenham retirado de mim a convivência mais sólida com você, mas o amor existe e resiste. Lembro das nossas aspirações quando éramos adolescentes, saiba que não superei todas. A sua mão eu não vou soltar, nunca. Obrigado por tudo, amiga.

Agradeço às companheiras e companheiros do Levante Popular da Juventude RN, que com muito afeto revolucionário deram sentido a minha vida e foram essenciais na construção da minha trajetória profissional, pessoal e política, além de serem centrais na realização das minhas aspirações socialistas. Gostaria de ressaltar os nomes de Kelly Oliveira, Larissa Moura (ou “pequena fulô”), Luana Teodósio, Mara Farias, Kell Medeiros, André Cavalcante, Arthur Carvalho, Bea Barbosa, Rayssa Neves e muitos outros que passaram e que seguem comigo na construção do projeto popular para o Brasil. Estendo meus agradecimentos às companheiras e companheiros da Consulta Popular: Larisse Rodrigues e Janaína Lima; das Amélias – Mulheres do Projeto Popular: Cristina Dias e Paula Lays; do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e de todos os movimentos que compõem as fileiras de luta pelo Projeto Popular para o Brasil.

Agradeço em especial à Ciro Caleb, o mais arretado paraibano e virginiano que conheci na minha trajetória militante. Obrigado por todo carinho e todas as frases de “vai dar certo” que me fortaleceram durante essa caminhada. Agradeço também a mais cobra de todas as cobras, Juju, também paraibana, que a princípio achei que não gostaria dela, mas muito me ensinou sobre ser Assistente Social. Por falar em Paraíba, gostaria de agradecer à Rayane Feitosa, minha melhor amiga louca de sagitário, com quem pude dividir todas os embalos de adolescentes enquanto morei na cidade de Santa Rita/PB.

Agradeço à toda equipe de Serviço Social do Hospital Giselda Trigueiro, onde concluí o estágio obrigatório. Em especial às Assistentes Sociais: Manu, Aninha, Déborah e Dani (minha super supervisora). Obrigado por me ensinarem tanto!

Gostaria de agradecer às colegas da turma 2016.1 de Serviço Social da UFRN - teem que respeitar - obrigado por serem a melhor turma e por cultivarem um sentimento de companheirismo difícil de se ver em tempos que o individualismo e a meritocracia se fortalecem. Agradeço em especial à Juliana da Silva, Bruna Nóbrega, Fernanda Nascimento, Miliane Pinheiro, Patrícia Carla, Laisa Damasceno, Mariana Guimarães, Maria Clara e, à Pablo Galvão. Vocês fizeram minhas manhãs muito mais gratificantes. Um agradecimento muito mais que especial à Pablo, que meio que me adotou enquanto caçula (é assim que ele me chama) e que muitas vezes me disse “não é bem assim, tem que ter paciência”. Com ele

pude dividir todas as demandas mais impensáveis do Hospital Giselda Trigueiro. Obrigado demais!

Agradeço ao grupo Comunidades Urbanas do PET Conexões de Saberes com quem pude partilhar conhecimentos e me enxergar na vida de cada um, cultivando os princípios da solidariedade e da cidadania. Agradeço aos que comigo caminharam nas trincheiras do movimento estudantil da UFRN e que partilharam comigo as duas últimas gestões do DCE - José Silton Pinheiro. Em especial, Jaciele Valentim, Brisa Bracchi e Ysmael Ventura.

Agradeço também a todos(as) docentes que me ensinaram as diretrizes profissionais, a ética e os valores de uma sociedade emancipada. Em especial à Daniela Neves, Andréa Lima, Silvana Mara, Íris Maria, Miriam Inácio, Fernando Gomes e outras que me fazem querer cada vez mais trilhar os caminhos da reflexão crítica e do Serviço Social. Gostaria de estender meus agradecimentos à querida Karla (da coordenação) que durante esses quatro anos, nunca me expulsou da sua sala e me deu vários confeitos de iogurte.

Agradeço à meu amigo e orientador, Professor Roberto Marinho, que com toda sua serenidade me ajudou a não desistir nessa reta final e partilhou conhecimentos sem medir esforço. Obrigado por toda sua paciência e disponibilidade. Agradeço, também à todas as professoras que compõem o projeto de ensino no qual pude participar enquanto bolsista de monitoria.

De novo agradeço à Larissa Moura (fiel amiga, escudeira e companheira) que eu, na qualidade de B1 poderia ter. Agradeço também a todas que compartilharam comigo os anos de gestão Ousar Lutar do CASS UFRN. Agradeço à Bea que pode ser considerada o melhor presente que o curso de Serviço Social me trouxe. Agradeço à Luana, Yasmin, Vanessa, Sabrina e toda a galera do recanto. Não é o fim das nossas tardes naquele lugar, tá bom.

Agradeço à Gabriel Lucas por ter me deixado entrar em sua vida, por estar sendo meu melhor amigo e companheiro, por exercitar toda a sua paciência e por não desistir de mim nem do nosso amor. Eu te amo! Estendo meus agradecimentos à Tânia Mara por todo o seu amor de mãe, pelos incentivos, pelas broncas e pela acolhida na sua casa, obrigado!

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao povo trabalhador brasileiro latino americano, por me dar a honra de me formar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Essa conquista é do povo brasileiro! Sigamos pintando o ensino superior, os

mestrados, e doutorados com as cores da juventude, do povo pobre, do povo negro e da população LGBT.

“Livre pra poder dizer que o povo é o poder!”

[...] Não passa disso, não me engana
Que eu sou sul americano de Feira de Santana
Avisa o americano
Eu não acredito no Obama
Revolucionário, Guevara
Conhece a liberdade sem olhar no dicionário
Sem olhar no dicionário, ele conhece a liberdade
Vamos que vamos, vou traçando vários planos
Vou seguir cantarolando pra poder contra-atacar

Contra-atacar, contra-atacar
Eu vou traçando vários planos
Pra poder contra-atacar
Contra-atacar, contra-atacar
Traçando vários planos
Pra poder contra-atacar

Contra-atacar, contra-atacar
Eu vou traçando vários planos
Pra poder contra-atacar
Contra-atacar, contra-atacar
Eu vou traçando vários planos

Nas veias abertas da América Latina
Tem fogo cruzado queimando nas esquinas
Um golpe de estado ao som da carabina, um fuzil
Se a justiça é cega, a gente pega quem fugiu

Justiça é cega (contra-atacar)
Justiça é cega (eu quero contra-atacar)
Justiça é cega (eu quero contra-atacar)
Justiça é cega (eu quero contra-atacar) [...].

*(Música “Sulamericano”. Composição: José-Manuel Thomas
Arthur Chao / Marcelo Monteiro Santana / Roberto Dalcom
Bastos Barreto / Roosevelt Ribeiro De Carvalho. 2019).*

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar e apreender as contribuições teóricas de István Mészáros sobre o debate da autogestão como parte da estratégia de superação do capitalismo e de construção do socialismo no século XXI, considerando o contexto atual da crise estrutural do capital e as iniciativas de economia solidária que são historicamente fomentadas a partir de articulação do trabalho associado e da cooperação entre produtores associados. A metodologia utilizada foi a da pesquisa bibliográfica dando centralidade à revisão de algumas das principais obras de Mészáros, seguindo a técnica de pesquisa qualitativa. Considerando que a autogestão se caracteriza por ser um termo em disputa, trataremos aqui de caracterizá-la enquanto contraposição ao modelo de trabalho e de organização da vida na sociabilidade do capital. A autogestão socialista se refere ao controle global do processo de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora pelo coletivo dos trabalhadores, ou seja, o autogoverno da classe proletária. Dessa forma, Mészáros considera a autogestão não apenas como um modelo de gestão democrático aplicado ao processo de produção, mas como determinante fundamental para a urgente construção do socialismo diante da incontornabilidade e da insustentabilidade do sistema global do capital.

Palavras chave: Autogestão; Socialismo; Trabalho; Crise Estrutural do Capital; Economia Solidária.

RESUMEN

Esta monografía tiene como objetivo analizar y comprender las contribuciones teóricas de István Mészáros sobre el debate de la autogestión como parte de la estrategia de superar el capitalismo y construir el socialismo en el siglo XXI, considerando el contexto actual de la crisis estructural del capital y las iniciativas de economía solidaria que históricamente se fomenta a partir de la articulación del trabajo asociado y la cooperación entre productores asociados. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica dando centralidad a la revisión de algunos de los principales trabajos de Mészáros, siguiendo la técnica de investigación cualitativa. Considerando que la autogestión se caracteriza por ser un término en disputa, trataremos de caracterizarlo como un contrapunto al modelo de organización del trabajo y la vida en la sociabilidad del capital. La autogestión socialista se refiere al control global del proceso de producción y reproducción de la vida de la clase trabajadora por parte del colectivo de trabajadores, es decir, el autogobierno de la clase proletaria. Por lo tanto, Mészáros considera la autogestión no solo como un modelo de gestión democrática aplicada al proceso de producción, sino como un determinante fundamental para la construcción urgente del socialismo frente a la incontrolabilidad e insostenibilidad del sistema de capital global.

Palabras clave: Autogestión; Socialismo; Trabajo; Crisis Estructural del Capital; Economía Solidaria.

LISTA DE SIGLAS

ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

CASS - Centro Acadêmico de Serviço Social

CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DESSO - Departamento de Serviço Social

ECOSOL - Economia Solidária

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INICIES - Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Econômicos Solidários

LGBT - Lésbicas; Gays, Bissexuais; Transexuais, Travestis e Transgênero

MPC - Modo de Produção Capitalista

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC - Organização Mundial do Comércio

PET - Programa de Educação Tutorial

PIB - Produto Interno Bruto

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. TRABALHO E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: o conflito entre capital e trabalho na cena contemporânea	20
2.1 O sistema global do capital: organização e sentido da exploração do trabalho	26
2.2 A crise estrutural do capital: o avanço do neoliberalismo e as mudanças no mundo do trabalho	33
3. A SOCIEDADE PARA ALÉM DO CAPITAL: as bases históricas da autogestão e a construção do socialismo no século XXI	41
3.1 Socialismo e Autogestão: a gênese do debate e algumas experiências históricas do século XVIII ao XX	42
3.2 Autogestão Socialista e Economia Solidária: rumo à transformação societária?	51
3.3 A centralidade dos “produtores livres associados” na construção de uma nova ordem sociometabólica: Mészáros e o socialismo no século XXI	56
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	64

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia intitulada “*OS ENIGMAS DA AUTOGESTÃO SOCIALISTA: um ensaio baseado nas formulações de István Mészáros*” tem por objetivo analisar as contribuições teóricas e políticas deste autor no tocante ao debate da autogestão como parte da estratégia de superação do capitalismo e de construção do socialismo no século XXI, considerando o contexto atual da crise estrutural do capital e as iniciativas que são historicamente fomentadas a partir de articulação do trabalho associado e da cooperação entre produtores associados.

O estudo que se realizou partiu do despertar do interesse em aprofundar os conhecimentos e acumular teoricamente sobre a temática da crise estrutural do capital, relacionando-a com as iniciativas de economia solidária que, no discurso de alguns analistas e de movimentos sociais, compõem as estratégias de construção da autogestão socialista como forma de superação do capitalismo. Tal interesse se deve à inserção acadêmica nos espaços da INICIES/UFRN (Incubadoras de Iniciativas e Empreendimentos Econômicos Solidários da UFRN), do PET (Programa de Educação Tutorial) e da Iniciação Científica, atuando no desenvolvimento e fortalecimento de iniciativas em economia solidária que se apropriam da autogestão enquanto um princípio explorando bibliografias que nos fizeram principiar uma análise sumária dessa temática na obra de István Mészáros.

A premissa do debate da autogestão vem sendo elaborada desde muito tempo nos estágios experimentais da teoria socialista. Na atualidade, no bojo das formulações marxistas contemporâneas podemos analisar o debate de superar as estruturas do capitalismo diante da organização e tomada de decisões pelos “produtores associados” nas elaborações de István Mészáros.

Mészáros nasceu em Budapeste, na Hungria, em 1930. Graduou-se em Filosofia na Universidade de Budapeste, onde foi assistente de György Lukács no Instituto da Estética. Deixou o país após o levante de outubro de 1956 e exilou-se na Itália, onde trabalhou na Universidade de Turim. Posteriormente, ministrou aulas nas universidades de Londres (Inglaterra), St. Andrews (Escócia) e Sussex (Inglaterra), além de na Universidade Nacional

Autônoma do México e na Universidade de York (Canadá). É reconhecido como um dos principais intelectuais marxistas contemporâneos e que deixou significativas contribuições acerca do funcionamento do capital e de sua superação total.

Uma série de debates perpassa a compreensão da autogestão na construção de estratégias históricas do socialismo, contudo ao passo que o capital se reinventa também deve-se reinventar as alternativas de superação total deste modo de produzir e se relacionar. Como a autogestão se coloca nessas proposições de atualização do conteúdo e das estratégias de superação do capitalismo no século XXI? Para Mészáros (2011), a superação da ordem capitalista é impreterivelmente a superação do sociometabolismo do capital, ou seja, a tomada do controle global pelos produtores associados nos eixos da produção, distribuição, consumo e nas demais decisões da sociedade. É a substituição do valor de troca pelo valor de uso.

É importante frisar que desde o princípio do cooperativismo na Inglaterra aos dias de hoje, a concepção de autogestão vinculada às primeiras iniciativas do que hoje se convencionou conceituar como economia solidária, passam por inúmeras interpretações críticas e afirmativas que expressam o vigor e a importância da temática, mas que requer uma atualização do debate teórico no contexto do capitalismo no século XXI. Com essa intenção, realizamos um processo exploratório sobre as contribuições elaboradas por István Mészáros no tocante à autogestão socialista e das formas associativas fincadas enquanto estratégias da classe trabalhadora como uma das vias de superação do capitalismo.

Cabe aqui não analisar a autogestão apenas como uma nova divisão social do trabalho, mas também como uma nova forma de participação com autonomia nas decisões estratégicas da sociedade (Mészáros, 2007). A autogestão para além da questão instrumental, enquanto princípio fundante de um novo processo societário.

[...] A autogestão que gostaríamos de abordar aqui diz respeito à possibilidade de a autogestão ser ampliada como forma de organização da sociedade, mas ainda, como princípio orientador da vida, na qual as pessoas possam, a partir do princípio da autogestão, tomar atitudes autônomas nas suas relações sociais. (OLIVEIRA, 2012, p. 147)

Isto significa que é necessário extrapolar a visão e a compreensão de que o socialismo se caracteriza apenas pela estatização dos meios de produção, uma vez que se essa fosse sua única característica, o socialismo estará condenado ao erro pelas vias da burocracia e herdando do capitalismo o mecanismo da mercadoria e a cultura de opressão e de segregação.

No contexto de crise estrutural do capital no qual os países da periferia do sistema global são colocados no patamar da superexploração, a superação total da ordem capitalista é o imperativo mais emergente e atual. Este imperativo, outrora já havia sido incorporado no interior da profissão do Serviço Social e ela trilha os seus caminhos pela construção de uma sociedade sem opressões e sem exploração do homem pelo homem, como está disposto no Projeto Ético-Político da profissão. Significa dizer que cabe ao Serviço Social contribuir para a construção de uma outra organização social:

[...] uma organização social onde o trabalho explorado seja substituído pelo trabalho associado, o que impõe como consequência uma nova ordem societária, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. Isto significa, reafirmando a essencialidade de uma ordem social alternativa ao capital no sentido de preservar o homem e a natureza, sustentar como patamar a plena participação de “produtores associados” na tomada de decisão em todos os níveis de controle político, cultural e econômico, mantendo como finalidade a autonomia, a emancipação e o pleno desenvolvimento de cada um, através da universalização da educação emancipadora e da universalização do trabalho como atividade humana auto realizadora. (MÉSZÁROS, 2005 *apud* VASCONCELOS, 2015 p. 434)

A proposta desta pesquisa justifica-se, portanto, pela importância de analisar como diante do tempo histórico, contextualizado pela crise estrutural do capital, a autogestão para Mézáros está colocada como alternativa de superação da sociabilidade capitalista, dando ênfase à algumas das principais obras do autor na exploração dos conteúdos que se desenham como a “teoria de transição”.

A metodologia deste trabalho consistiu na revisão bibliográfica. Para Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca de soluções”. Este estudo bibliográfico centrou-se em analisar a categoria autogestão, mas também foram analisadas outras categoria como *trabalho*, *crise estrutural do capital*,

socialismo e economia solidária. Para analisar de modo mais coeso e profundo estas categorias, fizemos uso da pesquisa qualitativa centrada na técnica de estudo bibliográficos enquanto procedimento metodológico.

Analisamos com centralidade algumas das obras do filósofo István Mészáros. As principais obras estudadas foram “A Crise Estrutural do Capital”, “Para Além do Capital”, “O Poder da Ideologia” e “O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico”. Contudo, foi importante ampliar o escopo da pesquisa buscando o auxílio de outros autores que tratam da autogestão como componente das estratégias de socialismo, tendo por base um conjunto de iniciativas protagonizadas por trabalhadores associados.

Tais iniciativas foram vivenciadas no decorrer da história recente e tratam em suma da necessidade do controle global do processo de trabalho e de vida pela classe trabalhadora. Nesta monografia serão apresentados as sínteses dos resultados da pesquisa, uma análise da autogestão socialista e seu lugar na construção da superação da ordem do capital.

Além desta introdução e das considerações finais, a presente monografia está estruturada em dois capítulos de conteúdo. O primeiro capítulo intitulado: **Trabalho e Crise Estrutural do Capital: o conflito entre capital e trabalho na cena contemporânea** está dedicado à observar e expor as análises sobre o caráter estrutural da crise do capitalismo. Permeado pela análise da centralidade da categoria *trabalho*, a abordagem neste capítulo está fincada em discutir as bases históricas e materiais da exploração da força de trabalho, do movimento das crises capitalistas, da atualidade da manutenção e agudizamento do conflito entre capital e trabalho, bem como do desencadeamento das relações sociais e de produção e reprodução da classe trabalhadora.

Já o segundo capítulo intitulado **A Sociedade Para Além do Capital: as bases históricas da autogestão e a construção do socialismo no século XXI** faremos uma abordagem histórica da autogestão, ao passo que também serão tecidas algumas críticas sobre os moldes que constituem o debate e a apropriação da autogestão no interior da Economia Solidária. Resgataremos brevemente experiências das Comunas, Conselhos Soviets e Cooperativas no campo das Revoluções Socialistas dos séculos XVIII e XIX. Aqui ficarão os resultados densos do processo da pesquisa. apontaremos alguns conceitos desenvolvidos por Mészáros sobre a transição socialista como possibilidade aberta nos contextos de crise

estrutural, identificando as tarefas que o tempo histórico exige para construir esse outro modo de ser social por meio do controle global do processo de produção pelos produtores associados. Estará situada neste capítulo qual autogestão é caracterizada de fato pelo controle social e democrático das estruturas.

O estudo aqui apresentado é um ensaio inicial e exploratório a partir de análises contemporâneas da autogestão e destina-se à academia e à sociedade como parte de um processo mais amplo de análise dessa questão, ou seja, como contribuição para a construção do conhecimento. Portanto, afirmamos que o desafio de construir uma sociedade “para além do capital” por meio do estabelecimento de uma legítima ordem socialista diz respeito à toda humanidade (Mészáros, 2011).

2. TRABALHO E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: o conflito entre capital e trabalho na cena contemporânea

A história da humanidade é caracterizada pelo desenvolvimento histórico da vida em sociedade e das relações sociais. Estas relações são perpassadas de contradições que são próprias e decorrentes da atividade econômica, ou seja, da atividade de produção e distribuição de bens para a satisfação das necessidades dos membros de determinada sociedade.

Nos estudos da Economia Política crítica, baseada na análise marxiana da história das sociedades, o **trabalho** está colocado como pilar central da atividade econômica e do desenvolvimento do ser social e, para além disso, é necessário afirmar que o trabalho não diz respeito a determinantes naturais, mas sim à vida social, ao modo de ser e se relacionar em sociedade. Vejamos o que nos expõe Marx (2002, p. 211 - 212)

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em suas cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objetivo e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais.

O que Marx expressa na distinção entre a aranha e a tecelão, entre a abelha e o arquiteto é o fato ou dote da teleologia ou prévia ideação. Compreendemos por teleologia a capacidade de um ser humano projetar um fim ou resultado para determinada atividade e,

essa afirmativa consolida uma assertiva fundamental para o entendimento das bases ontológicas do trabalho: apenas seres humanos realizam trabalho.

Portanto a construção das relações sociais é produto da ação do homem como único ser capaz de projetar e planejar uma finalidade para suas ações, e dessa forma o homem se diferencia dos outros animais.

[...] foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie [humana] se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.), desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza. Trata-se de um processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se *auto produziram* como resultado de sua própria atividade), tornando-se - para além de seres naturais - seres sociais. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 49)

Isto quer dizer que somente na relação com a natureza que o ser humano enquanto ser genérico (*homo sapiens*) transforma a si mesmo numa conexão dialética e processual, até que esse ser genérico e natural se constitua enquanto ser social, histórico, determinado como resultado da sua própria atividade e complexo nas suas características. Em outras palavras, entendemos que o homem, enquanto *ser social* é o sujeito histórico da sua ação e da transformação e pela sua atividade [trabalho] produz e reproduz sua existência na sociedade.

É pelo trabalho que os homens produzem os bens necessários à sua sobrevivência, produzindo ao mesmo tempo as novas necessidades e possibilidades, e as novas habilidades e conhecimento dos indivíduos, que irão possibilitar a história rumo à sociedades cada vez mais complexas.

Contudo, a história da humanidade já experienciou sociedades menos complexas do que a que hoje vivenciamos, lembrando das fases primitivas, passando pelo escravismo e o feudalismo até chegarmos ao que conhecemos como capitalismo. Todas as formas sociais passam por processos de aprimoramento e, quando disto estamos falando, se trata do desenvolvimento das forças produtivas.

Durante o período primitivo, por exemplo, podemos caracterizar a descoberta do fogo, a produção das ferramentas de caça e coleta que demarcam uma relação mais direta do homem com a natureza para a realização do trabalho. Vejam que estamos tratando de uma comunidade onde a produção era para consumo próprio e sobrevivência dos grupos, onde tudo era socializado desde a produção até a responsabilidade sobre as crianças das tribos.

O regime social em que viviam esses grupos humanos pode ser designado como o da *comunidade primitiva*: os abrigos eram extremamente toscos, a alimentação obtinha-se através da coleta de vegetais e da caça eventual e imperava o nomadismo. Com a produção de instrumentos menos grosseiros que machados de pedra e, depois, cada vez mais aperfeiçoados (o arco e a flecha, redes de pesca, canoas e remos), assim como os primeiros rudimentos de agricultura, aqueles grupos foram, pouco a pouco, amenizando a condição de penúria geral em que decorria a sua existência. [...] As atividades de seus membros eram comuns (a coleta, a caça, a pesca), seus resultados eram partilhados por todos e não havia propriedade privada de nenhum bem. Nesse “comunismo primitivo”, em que imperavam a igualdade resultante da carência generalizada e a distribuição praticamente equitativa do pouco que se produzia, a diferenciação social era mínima: não mais que uma repartição de atividades entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos). (NETTO; BRAZ, 2012, p. 68) (grifos do autor)

Podemos afirmar, de acordo com Netto e Braz (2012) que esse tipo de comunidade perdurou por mais de 30 mil anos e nesse período experimentou diversas maneiras de socializar e de evoluir, porém gradativamente esse modelo de comunidade foi se dissolvendo e a relação direta entre homem e natureza foi se aprimorando, levando a cabo as atividades grotescas e se valendo de elementos como a domesticação de animais e o surgimento da agricultura. Os seus membros foram deixando de se caracterizar pelo nomadismo e passaram a se vincular a determinados territórios, geralmente os mais próximos aos rios e homens e mulheres passaram a se dedicar ao pastoreio e ao cultivo de terras, a controlar o tempo e à utilizar metais e ligas de metais.

As transformações experienciadas nestas comunidades também residiram no fato da diferenciação entre o pastoreio e o cultivo e a fabricação de utensílios de cerâmica e de metal, rodas de veículos e tecidos (artesanato no geral). Porém a transformação crucial nesse modelo de comunidade está no fato de que a produção que anteriormente mal era suficiente para

sobrevivência dos grupos, agora, pelos consideráveis resultados da ação do homem com a natureza, ultrapassava as necessidades. Ou seja,

Os progressos no processo de trabalho (as habilidades adquiridas pelos homens, o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, o conhecimento menos precário da natureza etc.) tornaram-no mais produtivo: dele provinham mais bens que os imediatamente necessários à manutenção do grupo. Numa palavra, estava surgindo o **excedente econômico**: a comunidade começava a produzir mais do que carecia para cobrir suas necessidades imediatas. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 69) (grifos do autor)

Esse chamado excedente, à grosso modo, significa aumento da produtividade do trabalho, uma situação jamais experienciada nas comunidades primitivas. Com isso a condição de penúria seria reduzida e daria lugar à possibilidade de diante da sobra da produção se acumular os produtos do trabalho. Diante dessa nova possibilidade surgem novas outras possibilidades, o qual uma delas é a alternativa de explorar o trabalho humano posta à um determinado grupo e a apropriação dos bens produzidos posta à um outro grupo. Com isso chegamos à divisão entre produtores diretos e apropriadores, chegando também à dissolução do “comunismo primitivo”.

A substituição do chamado comunismo primitivo é dada pelo escravismo, sendo este um novo modo de produção capaz de articular as forças produtivas (meios de trabalho, objetos de trabalho e força de trabalho) com as relações de produção. É importante afirmar que é no modo de produção que se encontra a base econômica da sociedade, mas isto abordaremos mais à frente deste item.

Podemos afirmar que o escravismo surge por volta dos anos 3.000 A.C. (NETTO; BRAZ, 2012), a partir do declínio do “comunismo primitivo” dado pelo surgimento do excedente econômico. Este novo estágio da sociedade muda drasticamente as relações sociais, uma vez que o excedente econômico carrega consigo a prerrogativa de escravizar e explorar homens e mulheres. A sociedade então passa a se organizar através da força e da violência, se dividindo entre distintas classes, uma menor composta pelos proprietários das terras e dos escravos (senhores), e outra mais volumosa composta por um grande contingente de homens e mulheres que não tinham direito algum sobre sua vida e trabalho (escravos).

[...] Na sociedade escravista, as relações sociais eram presididas pelo antagonismo entre escravos e seus proprietários. Mas havia, além dos poucos segmentos livres (artesãos, por exemplo) a que aludimos, subgrupos que serviam aos proprietários, ligando-se à tarefas administrativo-burocráticas (coleta de impostos, cobrados de agricultores e mercadores) ou repressoras (combate às rebeliões de escravos). Por outra parte, o escravismo compatibilizou-se bem com as formas imperiais: com as conquistas de novos territórios, os proprietários obtinham novos escravos e coletavam mais tributos dos nominados. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 78)

No período da escravidão, a humanidade deu um longo passo através da introdução da propriedade privada dos meios de produção, em contrapartida este período foi marcado pela crueldade e pela violência. Aos escravizados o tratamento se assemelhava ao de qualquer animal e a produção lhes era subtraída mediante tronco e chicote. Contudo, Engels (2012) aponta que somente com o escravismo, a humanidade deixa o estágio da barbárie e ingressa no estágio de civilização dada pelo progresso das forças produtivas e pela ascensão do que ele vai chamar de *força de coesão da sociedade civilizada* que é o Estado caracterizado a partir de grupos sociais que se diferenciavam dos senhores e dos escravos.

Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento sob a civilização, veio a primeira grande cisão da sociedade em uma classe que explorava e outra que era explorada. Esta não se manteve através de todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma típica da antiguidade; sucedem-na a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado nos tempos modernos: são as três formas de avassalamento que caracterizam as três grandes épocas da civilização. A civilização faz-se sempre acompanhar da escravidão - de princípio franca, depois mais ou menos disfarçada. (ENGELS, 2012, p. 220)

A dissolução do modo de produção escravista se dá pela dissolução do Império Romano e pela necessidade de um trabalhador livre mediante o potente desenvolvimento das forças produtivas. Pouco a pouco, o escravismo foi dando lugar ao feudalismo e as grandes terras imperiais eram substituídas pelos feudos.

O feudo se caracterizava por ser um determinado território no qual a economia estava centrada no trato da terra, este território pertencia a um membro da nobreza (senhor) que empregava o trabalho dos servos para arar a terra, cultivar os pastos e etc. Funcionava

basicamente desta forma: o senhor dispunha de uma parte do feudo (glebas) para o servo e sua família e em troca o servo lhe concedia tributos e prestações de serviços.

Alguns elementos do escravismo ainda faziam parte da dinâmica econômica do feudalismo, como o uso da violência do senhor para com o servo, porém esta relação estava mediada pelo trabalho “livre” onde formalmente o senhor feudal e os servos emplacavam compromissos uns com os outros. Isto posto, não implica afirmar que estamos diante da mais bela forma de tratados de trabalho, a estrutura de servidão implica em coerção violenta e a produção do excedente econômico implica na expropriação dos produtores diretos. Por isso, a vida que os servos levavam era perpassada pela miserabilidade e pelo cultivo de ódio aos seus senhores.

Podemos constatar que o feudalismo entra em crise no final do século XIV e se consolida no final do século XVIII a partir dos movimentos de condução ao mundo moderno, as chamadas revoluções burguesas. O modo de produção feudal foi se tornando obsoleto mediante ao avanço das tecnologias e da necessidade de expansão da exploração, sem falar da ascensão do comércio e das linhas de manufatura. Politicamente, o novo elemento é o surgimento de uma classe que não só era revolucionária na época, como também era a que centralizava o poder político por meio da unificação do Estado, que passa agora ao modelo de Estado moderno, ou nacional como alguns autores assim colocam.

O *Antigo Regime*¹ caiu por terra quando no século XIX a burguesia emplacou sua organização instituindo o que conhecemos como Estado Burguês, que Marx assinala como sendo o comitê de negócios em comum da classe dominante, a estrutura política de centralização de poder de uma classe sobre a outra. A derrocada do modo de produção feudal abriu um espaço crucial para que a produção de mercadorias e a exploração ocupem o centro da vida econômica e as relações sociais, falamos da constituição do modo de produção capitalista.

Gradativamente, com a derrocada do feudalismo, as terras e a produção agrícola e pecuária foram abrindo espaço para o desenvolvimento comercial da produção mercantil que vem em ascensão desde o começo do século XVI e culmina na Revolução Burguesa no

¹ Citado por (NETTO; BRAZ, 2012. MARX, 1999) remetem à forma de organização do exercício do poder no período feudal.

século XVIII. A produção de mercadorias passa a ser a prioridade do modo de produção capitalista e isso modifica as relações sociais e de produção que se identificam desde a evolução do homem em sociedade.

2.1 O sistema global do capital: organização e sentido da exploração do trabalho

Lembremos que o trabalho é o pilar central da análise das relações sociais nas diferentes sociedades e se caracteriza pela ação do homem em relação com a natureza. Porém, esta ação neste novo modo de produção está mediada por outros aspectos e assim, o trabalho também toma um novo caráter, ele passa a ser a expressão da necessidade de acumulação pela exploração de uma classe sobre a outra. Isto quer dizer que o ato de trabalho no capitalismo está mediado por contradições, sendo a principal contradição os interesses antagônicos da classe detentora do poder econômico e político (burguesia) e da classe que não tem outra coisa sequer sua força de trabalho à dispor (proletariado).

A existência dessas duas categorias de homens (e já sabemos que se trata de duas *classes sociais*) não é produto de um acidente qualquer ou de uma lei da natureza - ela resulta de um processo histórico que se operou no final do século XV até meados do século XVIII, constituindo a **acumulação primitiva** ou **originária**, num ciclo que Marx chamou de “pré história do capital e do modo de produção que lhe é próprio”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 99) (grifos do autor)

Seguindo este pensamento podemos conceber que:

A acumulação primitiva ocorreu ainda no interior do regime feudal, sob os auspícios do Estado absolutista, e criou a condição fundamental para o surgimento do modo de produção capitalista: **a relação capital/trabalho**. Intercorrendo com a dinâmica que erodia as bases da ordem feudal, ela responde pela verdade da verificação feita por Engels [...]: *enquanto a sociedade se tornava cada vez mais burguesa, a ordem política continuava sendo feudal*. É ainda nas entranhas da sociedade feudal que, no século XVI, começa a se constituir a sociedade burguesa, aquela que se funda no modo de produção capitalista. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 100) (grifos do autor)

Mais uma vez podemos enxergar a processualidade dos avanços gestados ainda na sociedade feudal, tratando não somente da apropriação das terras, mas de tudo quanto seria necessário para a exploração da força de trabalho. Portanto quando falamos de acumulação, necessariamente estamos falando da exploração de força de trabalho e de apropriação do excedente econômico por parte da classe que possui os meios de produção, esta é a condição primeira para a consolidação do sistema do capital e pela sua perpetuação.

É preciso ter em mente que as novas forças de produção e as novas relações de produção não se desenvolvem a partir do *nada*, nem caem do céu, nem nascem tampouco do útero da Ideia que a si mesma se põe; mas se formam no interior e em antítese ao desenvolvimento da produção existente e às relações de propriedade tradicionais herdadas. Se em pleno sistema burguês cada relação econômica pressupõe todas as outras em sua forma econômica burguesa, e tudo o que foi posto é, portanto, também um pressuposto, então o mesmo se dá com qualquer *sistema orgânico*. Esse mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento em direção à totalidade consiste precisamente em subordinar a si todos os elementos da sociedade, ou criar a partir dela os órgãos que ainda carece; eis como historicamente ele se torna uma totalidade. (MARX, 1983, *apud* MÉSZÁROS, 2007, p. 55 - 56) (grifos do autor)

Ou seja, o sistema global do capital, por ser ele orgânico domina em escala mundial a economia e as relações sociais. Com o modo de produção capitalista emerge um sistema jamais visto, que regula e controla objetiva e subjetivamente a vida dos sujeitos por meio dos instrumentos de dominação econômica, social, cultural e política da classe detentora do capital.

[...] Com certeza, o capital é também uma entidade material; ouro, negócios bancários, mecanismos de preço, mecanismos de mercado etc. Mas, muito além disso, o capital também penetra no mundo da arte, no mundo da religião e das igrejas, governando as instituições culturais da sociedade. Não é possível pensar em nenhum aspecto de nossa vida que não seja, nesse sentido, controlado pelo capital sob as circunstâncias presentes. (MÉSZÁROS, 2007, p. 68)

Essa afirmação nos leva a compreender o sistema global do capital como onibrangente e por isso tratamos sua ação enquanto controle e reprodução sociometabólica, pois o capital é capaz de articular e consolidar sua própria reprodução a partir da interlocução entre as mais diversas estruturas componentes de seu sistema, ou seja, cada uma de suas partes exerce funções que sustentam as demais partes.

Mészáros (2011, p. 102) irá dizer que:

[...] pela primeira vez na história, os seres humanos têm de enfrentar, na forma do capital, um modo de controle sociometabólico que *pode e deve* se constituir - para atingir sua forma plenamente desenvolvida - num sistema *global*, demolindo todos os obstáculos que estiverem no caminho. [...] o capital se transforma no mais dinâmico e mais competente *extrator do trabalho excedente* em toda a história. (grifos do autor)

Seguindo este autor podemos afirmar que o capital é o sistema orientado para a expansão e movido pela acumulação e essa é a expressão de uma das principais contradições que pode ser experienciada no sistema do capital. Além do mais esse sistema tem como aporte fundamental a exploração do homem pelo homem com a finalidade da extração da mais valia que se caracteriza como valor não pago obtido por meio do trabalho excedente. É a partir da exploração da força de trabalho que o capital se perpetua historicamente como produção generalizada de mercadorias, fazendo com que até mesmo seres humanos sejam colocados nesta posição em nome de força de trabalho.

Enquanto mercadoria, a força de trabalho possui um determinado valor, assim como quaisquer outras mercadorias no sistema capitalista. O valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho média, em condições históricas dadas, exigidas para a sua produção, é na troca que o valor das mercadorias se expressa (NETTO; BRAZ, 2012). No caso da mercadoria *força de trabalho*, este valor se expressa no salário. O valor será sempre resultado do trabalho humano.

O sistema de ordem capitalista é capaz de se perpetuar e manter sua dominação porque existe uma recusa por sua parte, ou negação, de tudo o quanto é considerado

necessidade humana, pois sua prioridade número zero é a obtenção do lucro. Estamos tratando de um sistema que baseado na exploração e na divisão social do trabalho tem seu êxito há aproximadamente três séculos.

[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha que ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar que encontre resistência. [...] esta característica torna este sistema mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 97)

Em última análise, presenciamos no sistema do capital um processo global de convencimento e coerção, capaz de tornar a produção de mercadorias - e a reprodução do próprio capital - um propósito geral de toda a humanidade e para isso era necessário separar valor de uso e valor troca, de maneira que o primeiro esteja submetido ao segundo. No bojo desta subsunção está aquilo que Mézszáros (2011, p. 104 - 105) caracteriza como tripla fratura ou defeitos estruturais, são eles:

- Primeiro, a *produção* e seu *controle* estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos.
- Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a *produção* e o *consumo* adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente é manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas.
- E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja *capaz* de penetrar - porque *tem de* penetrar - no domínio da *circulação global* (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar *a circulação como empreendimento global* de suas próprias unidades *internamente fragmentadas*) na tentativa de superar a contradição entre *produção* e *circulação*. Dessa forma, a necessidade de *dominação* e *subordinação* prevalece, não apenas *no interior* dos microcosmos particulares - por meio da atuação de cada uma das “personificações do capital” - mas também *fora* de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita - com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de

poder historicamente dominantes em qualquer momento particular - aos imperativos alienantes do sistema do capital global. (grifos do autor)

Diante dessa tripla fratura erige outra necessidade inevitável ao sistema global do capital que é a divisão social e hierárquica do trabalho que se caracteriza pelo seu caráter específico do trabalho humano referido à atividades produtivas ou ramos de atividades necessárias para a produção de riqueza na forma de mercadorias e reprodução da vida e das relações sociais.

Assim sendo, a relação entre capital e trabalho demonstra, por um lado, que, no modo de produção capitalista, a produção está voltada não para a satisfação das necessidades humanas vitais, mas, ao invés, para a geração de mais-valia de modo que seja garantido o processo contínuo da acumulação de capital; e, por outro lado, o lugar que os indivíduos ocupam nessa relação está subordinado à “estrutura hierárquica de comando do capital”, e aparecem como “personificações” do capital, ou do trabalho. (ANDRADE et al, 2012, p. 19) (grifos do autor)

Todo processo que está imbricado nessa rede da divisão social e hierárquica do trabalho é responsável pela subsunção do trabalho ao capital. A subsunção do trabalho ao capital como produto da divisão hierárquica do trabalho se expressa na forma de sujeição material na esfera da vida humana e estrutura a sociedade de maneira antagônica naturalmente ao passo que separam as funções de produção e controle e as atribuem às duas classes distintas. Nesta característica está fincada a divisão das classes sociais no capitalismo, bem como, o antagonismo entre elas.

Esta imposição da divisão social e hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática - em última análise, realmente explosiva - da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 99) (grifos do autor)

Para Santos (1987, p. 41), as classes sociais se definem como:

[...] os agregados básicos de indivíduos numa sociedade, os quais se opõem entre si pelo papel que desempenham no processo produtivo, do ponto de vista das relações que estabelecem entre si na organização do trabalho e quanto à propriedade.

As classes sociais fundamentais no capitalismo, a burguesia e o proletariado se constituem num processo de antagonismo onde de um lado enxergamos a classe unida aos interesses do capital e outra classe aos interesses do trabalho.

Elas são antagônicas porque representam interesses, em sua natureza, distintos, ora se estamos expondo que existe um conflito entre capital e trabalho para a manutenção da subsunção do segundo sobre o primeiro, não existiria outra afirmação que não fosse o antagonismo entre burguesia e classe trabalhadora. Para Marx e Engels (2015) a luta entre essas duas classes, ou seja, a luta de classes é o motor da história. Isto significa dizer que todo processo histórico, social, político e econômico na sociedade capitalista é marcado por interesses de classe. Segundo Lênin (2008) é devido aos antagonismos de classes e no terreno da impossibilidade de conciliação que surge o Estado e todos os aparatos jurídicos-políticos que dele derivam.

[...] a partir do momento em que o excedente econômico produzido pela sociedade passou a ser apropriado por uma classe particular, surgiram, ao mesmo tempo, por necessidade imanente, novas esferas, a exemplo do Estado, do Direito, de determinadas formas de consciência social etc., que passaram a desempenhar suas funções específicas intimamente articuladas com a reprodução econômica social. Portanto, a propriedade privada é o pressuposto necessário do Estado, do Direito e de determinadas formas ideológicas. (ANDRADE et. al, 2012, p. 13)

A saber, o Estado é a estrutura de comando político de grande alcance do capital, tornando-se parte da “base material” do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas, “estrutura totalizadora de comando político do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 119). Isto implica dizer que a necessidade da existência da estrutura

do Estado é a expressão da própria necessidade de expansão, lucro e reprodução do sistema do capital. Sem o aporte do Estado não existe capital em expansão, ambos são inseparáveis. Independente do modelo que o Estado assuma no curso da história da humanidade, conserva consigo o caráter de ferramenta de dominação de classe.

[...] o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para extração de trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. [...] o princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas - inclusive as variedades pós-capitalistas -, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais valia do trabalho excedente. (MÉSZÁROS, 2011, p. 121)

Portanto, podemos afirmar que o Estado é o complexo estruturado para garantir a subsunção do trabalho ao capital, ao passo que age para retificar a tripla fratura ou defeitos estruturais próprios do sistema capitalista que foram assinalados anteriormente. Além do mais o Estado atua oferecendo as garantias e ferramentas fundamentais para consolidar a alienação da classe trabalhadora visando cercear os processos de tomada de consciência e organização. Sendo assim,

[...] prevalece a necessidade ideológica da ordem estabelecida, produzindo racionalizações complicadas que visam esconder as profundas *iniquidades* das relações estruturais dadas também na esfera do consumo. Tudo deve ser desvirtuado para proporcionar a impressão de coesão e unidade, projetando a imagem de uma ordem saudável e racionalmente administrável. (MÉSZÁROS, 2011, p. 109) (grifos do autor)

Ademais, em se tratando do processo de alienação, explanamos algo que é basilar na constituição do sistema do capital, pois

[...] Neste processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da reprodução social, à condição de objetividade reificada - mero “fator material de produção - e com isso derruba, não somente na teoria, mas na prática social palpável, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto.

[...] o Estado moderno e a ordem reprodutiva sociometabólica do capital são mutuamente correspondentes. No entanto, a alienação do controle e os antagonismos por ela gerados são da própria natureza do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 126 - 127)

Com o Estado e sua atuação na administração total do processo de alienação produzida no seio da propriedade privada, chegamos ao tripé que constitui a base do sistema de controle da ordem sociometabólica vigente: estamos falando do *capital*, do *trabalho* e do *Estado*. Este tripé na atualidade do tempo histórico em que vivemos tem sofrido uma série de rearranjos mediante a nova conformação da economia global e da elevação mais aguda das contradições do sistema do capital, ou seja, mediante o contexto de limite de desenvolvimento da auto reprodução do capital e do imperativo da sua crise estrutural.

O tópico a seguir está incubido de tratar desse aspecto das transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas no contexto da crise que impõe uma nova agenda e urgentes reordenações no âmbito do capital, do trabalho e do Estado.

2.2 A crise estrutural do capital: o avanço do neoliberalismo e as mudanças no mundo do trabalho

Quando tratamos de crises no capitalismo estamos afirmando que estas são da própria natureza do sistema do capital, ou como nos afirma Mézszáros (2011) são peças fundamentais da engrenagem do sociometabolismo do capital. São estratégias de progredir além dos obstáculos que lhe são impostos para expandir as taxas de lucro explorando maior quantidade de força de trabalho. Portanto, constatamos que:

A crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de dominação estabelecido (...). Para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução através da luta, mediante o estabelecimento de autoridade e através de uma difícil busca de novos padrões de dominação. (HOLLOWAY, 1987 *apud* ANTUNES, 1999, p. 33)

Sendo assim, como foi explanado anteriormente, o sistema do capital se caracteriza pelos seus próprios limites intrínsecos e contradições insanáveis e as crises são determinados períodos naturais dos ciclos de crescimento e expansão do capital, promovendo a realocação das contradições. Todavia,

[...] o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças - mesmo que importantes - *no interior* do próprio sistema relativamente autônomo. Justamente por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido. (MÉSZÁROS, 2011, p. 797) (grifos do autor)

As crises fazem parte da história da expansão capitalista em âmbito global. Elas são identificadas desde o século XIX e têm sido analisadas como se tivessem uma natureza cíclica. Uma das abordagens mais conhecidas é a do modelo schumpeteriano sobre as chamadas “ondas de desenvolvimento” relacionadas às inovações (produtos e processos) e os mercados. Para Schumpeter (1982), o desenvolvimento capitalista não se produz de maneira uniforme no tempo, se movendo de forma cíclica em quatro fases: ascensão, recessão, depressão e recuperação. Não existe, portanto, harmonia ou regularidade, com variações das crises em diferentes espaços (formações sociais) e nos diferentes momentos históricos.

Após a grande depressão de 1929 e os horrores humanitários das duas grandes guerras, pós-1945 o capitalismo se reestruturou e viveu os chamados 30 "anos de ouro" (Hobsbawm, 2014), gozando de uma estabilidade na acumulação e na sua expansão em forma globalizada. Contudo, desde o final da década de 1960 adentrando nos anos 1970, este sistema vem acumulando um momento crítico de sua conformação. As reformulações dadas na esfera da produção, dos novos modelos e arranjos do fordismo, e na esfera do Estado, nos moldes keynesianos, não foram capazes de retrainir o caráter da crise. Em meados da década de 1970, com a esgotamento dos modelos tayloristas fordistas, somada à nova conformação da geopolítica mundial, o sistema do capital protagoniza uma das mais profundas e longas crise da sua história.

Para Mészáros (2011), o capitalismo experimenta hoje uma crise profunda, de caráter universal e impossível de ser negada até mesmo pelos setores do monopólio capitalista. Ou seja, por mais que as crises componham o sistema global do capital, a natureza da atual crise se difere de qualquer outra, pois o movimento já não mais permite intervalos entre expansão do capital e recessão econômica. O que está cristalino é que

[...] a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidades e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. (MÉSZÁROS, 2011 p. 795)

Tal crise revela e manifesta o encontro do sistema do capital com seus próprios limites intrínsecos e, se deve à sua incontrolabilidade, esta natural da reprodução sociometabólica do sistema do capital.

Expansionista, desde seu microcosmo até a sua conformação mais totalizante, *mundializado*, dada a expansão e abrangência do mercado global, *destrutivo* e, no limite, *incontrolável*, o sistema de metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda. Sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo. Ao contrário dos ciclos longos de expansão alternados com crises, presencia-se um *depressed continuum* que, diferentemente de um desenvolvimento auto sustentado, exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com a perspectiva de uma profunda *crise estrutural*. (ANTUNES, 1999, p. 27) (grifos do autor)

A crise estrutural do capital se intensifica cotidianamente de acordo com o estágio do capitalismo “globalizado” e se caracteriza por ser a marca da nova fase deste tempo histórico. Nela se expressa o terreno das contradições, indagações e o aprofundamento da exploração do trabalho para manutenção da subsunção do trabalho ao capital enquanto um sistema internacional de dominação e subordinação.

A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais:

- (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);
- (3) sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos” temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MÉSZÁROS, 2011, p. 795 - 796) (grifos do autor)

É em meio às crises, no movimento das contradições do capital que ele é capaz de destruir até mesmo as bases que o constituem, ou o que até há pouco seria a solução da sua autorreprodução, como a natureza, a humanidade e etc., nos deixando face a face com as desigualdades e a barbárie fruto da sua incontrollabilidade e insustentabilidade.

A crise estrutural se resvala pelas mais diversas esferas da vida em sociedade e também coloca na agenda do sistema do capital a necessidade de “pôr ordem na casa” por meio do restabelecimento das taxas de lucro e da superexploração da força de trabalho, mesmo diante de uma significativa massa de desempregados que só aumenta desde o advento das *transformações no mundo do trabalho*. E, se mais acima colocamos que capital, trabalho e Estado conformam o tripé da base do funcionamento da ordem sociometabólica vigente, as transformações no mundo do trabalho em contexto de crise estrutural do capital implicam também nas transformações do estágio capitalista e numa contrarreforma no Estado.

Para o mundo do trabalho, o capital impõe uma agenda totalmente nova no seio da reestruturação produtiva, que nada mais é do que as soluções que o sistema encontra para a

retomada da sua reprodução. O fordismo já entrava em descenso - entre fim dos anos 1960 e primeira metade da década de 1970 - quando em ascensão estava a incorporação do setor de serviços ao sistema produtor da mais-valia, junto com isto, o aprimoramento das tecnologias, que significam para o capital não só o desenvolvimento das forças produtivas, mas a capacidade do capital de se reatualizar e aprofundar ainda mais a exploração da força de trabalho. Dito isto, estamos de acordo com Antunes (1999, p. 111) que nos demonstra que

[...] Tem ocorrido, nas últimas décadas, uma significativa expansão dos assalariados médios e de serviços, que permitiu a incorporação de grandes contingentes oriundos do processo de reestruturação produtiva industrial e também da desindustrialização.

Desse modo, podemos afirmar que a classe trabalhadora desapareceu, ou o trabalhador da indústria não mais existe? De modo algum podemos concordar com isso, até mesmo porque o capital não existe sem a centralidade do proletariado industrial (trabalho vivo²), o que está em jogo é a capacidade do capital ampliar a exploração da força de trabalho e quase totalizar a condição de assalariamento da classe trabalhadora por diversos métodos, alinhando a reestruturação produtiva permanente ao desemprego estrutural e à precarização do trabalho. Podemos citar como exemplos práticos da reconfiguração no mundo do trabalho, o trabalho intermitente, temporário, informal, terceirizado. Estamos tratando na era digital do trabalho alvo da flexibilização, ou seja, sem nenhuma garantia, como é o caso do motorista de Uber, entregador do iFood, da prestação independente de serviços domésticos (jardinagem, eletricitista, dentre outros), da vendedora de cosméticos por catálogos. Longe de afirmar a tese do fim do proletariado ou do trabalho, coadunamos com a análise de Antunes (2018, p. 31) sobre o lugar da classe trabalhadora, do setor de serviços na era digital, onde ele afirma que:

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços etc. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo

² Diz respeito ao próprio trabalhador, diretamente, ao empenho de sua força de trabalho.

contemporâneo, o *conceito ampliado de classe trabalhadora*, em sua *nova morfologia*, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas (grifos do autor)

Chegar à um “desenho contemporâneo da classe trabalhadora” só é possível, via de regra, pelo caminho que o capital fez no curso da história até a atualidade da era monopolista dada pela hegemonia do capital financeiro³, uma particularidade do nosso tempo histórico. O que não é novo é o capital ter necessidades e as querer alcançar sob nenhum pudor. Podemos lembrar aqui das duas guerras mundiais provocadas mediante a necessidade de acumulação do capital. Devemos nos atentar para o fato de que o capital financeiro vai assumir o controle do processo de acumulação, sendo mundializado pelo seu desenvolvimento no âmbito das relações de dependência entre as nações.

Vale dizer que, combinado com a reestruturação produtiva, o capital apostou na financeirização como estratégia para saída da crise por meio da confiança na dívida pública dos estados nacionais e apostando na exploração e compra/venda dos recursos naturais, contudo o capital não contava que a financeirização seria o seu “calcanhar de Aquiles”. Apesar disso, a dominação exercida do capital sobre o trabalho não é capaz de se estruturar se estiver restrita ao âmbito econômico, por isso enquanto forma de dominação e sustentação ideo-política, a classe burguesa combinou capital financeiro com neoliberalismo para dar vazão ao processo de reestruturação produtiva.

O Neoliberalismo estava sendo germinado desde o final da década de 1940⁴, e no momento de crise estrutural teria a oportunidade de ser colocado em prática em nome da legitimidade das ferramentas de superexploração da força de trabalho e alienação. A

³ O capital financeiro diz respeito a fusão do capital bancário com o capital industrial, uma particularidade da era imperialista que promove a concentração da produção e a expansão industrial, transformando a competição em monopólio conforme afirma Yamamoto (2015, p. 100).

⁴ O neoliberalismo vem se desenhando na América Latina desde 1973 com o Golpe Militar no Chile. No Brasil o principal mentor do projeto Neoliberal foi o Presidente sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que consolida a redução dos direitos trabalhistas e sociais e o enxugamento do Estado para as demandas sociais e sua ampliação para o mercado financeiro.

organização, segundo o neoliberalismo, está pautada por um pacote de medidas econômicas, sociais e ideopolíticas que são necessárias ao capital para a retomada significativa das taxas de lucro, seus objetivos são os mais diversos e na sua base está a restrição dos direitos da classe trabalhadora e flexibilização e precarização do trabalho, ou seja, em nome da recuperação dos lucros, o neoliberalismo intensifica a dominação de uma classe sobre a outra e degenera ainda mais a qualidade de vida, de trabalho e de sociabilidade da classe dominada.

Para a implementação severa e “segura” das medidas colocadas pelo neoliberalismo, o Estado passa a atuar de maneira direta no ciclo das “desordens” que a crise estrutural causou na “casa do capital”, isto quer dizer que o Estado reduz sua atuação na esfera estritamente política e social e passa a atuar diretamente na reprodução material e ampliada do capital.

[...] Há uma maior requisição do Estado, que se faz presente através das políticas de incentivos fiscais, subsídios de toda ordem, financiamento com taxas de juros reduzida e investimentos necessários para a estabilização do sistema como um todo. (ANDRADE et. al, 2012, p. 62)

A chamada contrarreforma do Estado é a reviravolta no papel que lhe era dado em outros momentos do capitalismo, o Estado alinhado ao Neoliberalismo não é mais uma mera estrutura administrativa de comando político, mas sim, um colaborador direto e intervencionista para a sustentação da produção, da circulação de valor e da extração da mais-valia.

[...] Alegam [os neoliberais] que por se envolvido demasiadamente com os gastos sociais, estes acabaram por produzir uma crise fiscal e uma incapacidade do Estado em sustentar o grau alcançado de envolvimento com a economia e com o fornecimento de benefícios sociais indiretos aos trabalhadores. Desse modo, atribui-se ao Estado uma enorme parcela de responsabilidade pela crise e, ato contínuo, propõe-se sua retirada dos negócios privados, uma vez que no mercado é sempre mais eficiente. Num primeiro momento a esfera pública atuou como complemento fundamental ao desenvolvimento dos interesses privados. No entanto, agora, com o Neoliberalismo, o setor público deve se retirar da economia e deixar o curso livre para o setor privado cumprir sua função “benevolente” na sociedade. (ANDRADE et. al, 2012, 64)

O capital para sustentar esse discurso e sua dominação em todas as esferas compreende o terreno da crise enquanto fértil para se propagar no seio da classe trabalhadora e utiliza novas ferramentas de controle institucional para a sua “prosperidade” como é o caso do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Com isso conseguimos desenhar um papel bastante alinhado que nos demonstra que na atualidade da crise estrutural do capital, o tripé basilar na reprodução da ordem sociometabólica - capital, trabalho e Estado - se estruturam mediante as transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas e cumprem um importante papel no alinhamento da sociedade global pautada pelos novos interesses de ordem capitalista.

Portanto, diferente de outras características que marcaram a economia capitalista nos chamados anos dourados do pós-Guerra, o sistema capitalista retrocede no tempo e expõe de maneira vertiginosa suas mais desumanas contradições, e isso se deve ao caráter totalizador e alienador que tomou o capital em seu estágio monopolista sob a égide do capital financeiro. A nova operacionalização do sistema do capital agudiza as fragilidades do mundo do trabalho, acarretando situações de subemprego e pauperismo extremo.

Nessa quadra histórica marcada pela tentativa de reestruturação e restauração do capital, verificam-se as novas configurações ou morfologias do trabalho e da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que há um recrudescimento de formas de precarização do trabalho, com exacerbação da exploração dos trabalhadores e da expropriação de direitos, surgem também outras alternativas de trabalho, sobretudo face ao desemprego estrutural, a exemplo da economia solidária, com a valorização do trabalho associado que se expande nas cooperativas, fábricas recuperadas, assentamentos rurais, comunidades e povos tradicionais etc.

A crise estrutural também é um pano de fundo para essas alternativas, contudo elas apresentam limites dentro da lógica de reprodução e controle sociometabólico do capital, pois estamos diante do esgotamento da ordem do capital que nos conduz à substituição desta ordem por outra onde todo o controle de reprodução sociometabólica esteja nas mãos dos “produtores livres associados” (MÉSZÁROS, 2011).

Sobre essas questões, nos aprofundaremos no capítulo a seguir, resgatando as experiências da livre associação dos trabalhadores no decorrer da história recente e explicitando os limites e possibilidades atuais no âmbito da economia solidária, cooperação e outras ferramentas que estão no seio do debate da autogestão socialista.

3. A SOCIEDADE PARA ALÉM DO CAPITAL: as bases históricas da autogestão e a construção do socialismo no século XXI

A autogestão se revela em si enquanto um termo polissêmico que tem seu sentido incorporado por várias temáticas e movimentos no decorrer da história. Isto posto, trataremos de explorar aqui a autogestão enquanto contraposição ao modelo de trabalho e organização na sociabilidade do capital, a autogestão socialista. De acordo com Nascimento (2004)⁵ a autogestão expressa:

[...] a construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos se encontram nas mãos dos produtores cidadãos, organizados livre e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nos quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2004 *apud* NOVAES, 2011, p. 27)

Portanto, é necessário considerar que tratar da autogestão na perspectiva socialista é considerar o ideal da democracia proletária e da construção de uma nova sociedade que se volte para a satisfação das necessidades humanas. De início, é necessário esclarecer que a autogestão não se restringe à simples oposição ou o contrário aos modelos de heterogestão nas atividades econômicas. Ou seja, o ideal autogestionário não se funda apenas no modelo

⁵ Segundo o autor esta concepção foi explicitada durante a Conferência Nacional pelo “socialismo autogestionário” realizada em Lisboa no ano de 1978, cujo intuito era construir uma teoria do novo cooperativismo e socializar algumas experiências autogestionárias.

de organização da produção, como se os eixos da distribuição, do consumo, bem como das dimensões da vida em sociedade não estivessem mediadas e/ou subjugadas às relações de trabalho, fincadas na alienação.

Decerto, ao tratarmos de socialismo, teremos o cuidado de demarcar sua historicidade enquanto construção de um processo que não virá por decreto ou por outra estrutura senão a estrutura das massas. Portanto, Mészáros (2011) nos afirma que, para superar o sociometabolismo do capital, é necessário um movimento radical e extraparlamentar que seja liderado e protagonizado pelos produtores livres associados, capazes de materializar outro sistema de reprodução que é o socialismo.

Segundo as ideias de Marx, o socialismo é definido como uma sociedade na qual os produtores associados regulam racionalmente seu metabolismo com a natureza (Löwy et. al, 2015). Ou seja, o pensamento autogestionário deve estar ligado a uma perspectiva radical de superação capitalista, vinculado diretamente às classes trabalhadoras nos seus locais de trabalho.

Neste capítulo iremos nos deter na análise histórica da autogestão e da necessidade de controle global da produção pelos produtores associados, ao passo que também serão tecidas algumas críticas sobre os moldes que constituem o debate e a apropriação da autogestão no interior da Economia Solidária. Resgataremos experiências das Comunas, Conselhos Soviets, Cooperativas e demais ramificações da aplicação do trabalho associado, bem como apontaremos alguns conceitos desenvolvidos por Mészáros sobre a transição socialista como possibilidade aberta nos contextos de crise estrutural, identificando as tarefas que o tempo histórico exige para construir esse outro modo de ser social.

3.1 Socialismo e Autogestão: a gênese do debate e algumas experiências históricas do século XVIII ao XX

A Europa pode ser considerada berço da autogestão, no sentido da organização das comunidades autogeridas, sobretudo na Inglaterra e na França nos séculos XVII e XVIII.

Podemos identificar movimentos de trabalhadores camponeses em meados de 1600 que se organizavam na perspectiva de defesa da propriedade comum da terra. Os “Diggers”⁶ surgiram na Inglaterra em meio à crise econômica e à guerra civil, considerando que a autoridade e a dominação devem dar lugar à uma sociedade igualitária, conforme Nascimento (2019a). O autor demonstra que a busca por comunidades autogestionárias surgiram das camadas mais pobres, sendo vários tipos de seitas religiosas radicais que se organizavam contra a nobreza e o clero.

As primeiras revoltas das classes oprimidas eram de camponeses - rebeliões contra a fome - e suas motivações ideológicas eram muito vagas e de inspiração cristã, em ruptura com a Igreja oficial: luta pela igualdade entre os seres humanos, não apenas no céu, mas, sobretudo na terra. (NASCIMENTO, 2019a, p. 21)

Mais tarde, no início do século XIX um proprietário de um complexo industrial, Robert Owen, experimentou mudanças nas formas de organização do processo de trabalho tendo por base a cooperação e que resultaram em melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e também da produtividade do trabalho. Com esse acúmulo, Owen apresentou ao governo britânico um plano de sustento aos pobres para que os fundos não fossem apenas distribuídos, mas que fossem utilizados para a compra de terras para a construção de aldeias cooperativas. Neste ponto está o cerne da atuação de Owen, uma figura de muita racionalidade econômica que é considerado o “pai do cooperativismo”.

Segundo Singer (2002), apesar de ter elaborado um plano avançado de sociedade, muito a frente da sua época, Owen contudo pisava em solo marcado por práticas paternalistas, personalistas e filantrópicas. Seu projeto se mostrava muito mais enquanto ação de ajustamento do que enquanto revolução, mas ainda assim foi negado pelo governo inglês, o que fez Owen perder admiradores e ir testar seu modelo de aldeias cooperativas nos Estados Unidos. A aldeia New Harmony, experimentação cooperativista de Owen implantada em 1825 no estado de Indiana nos EUA, não perdurou por muito tempo e logo entrou em derrocada, fazendo-o regressar à Inglaterra.

⁶ Movimento camponês que se organizava na Inglaterra.

Porém, enquanto Owen estava fora, os seus seguidores começaram a implementar suas ideias e a experimentar as aldeias e as cooperativas, inaugurando assim, o chamado “owenismo”. Houve um verdadeiro *boom* das cooperativas atreladas ao crescimento do movimento sindical na Europa, o que demonstrava a autogestão dos trabalhadores em seus movimentos de reivindicação e também nas cooperativas que se originaram das greves e das recuperações de fábricas, galpões e armazéns. Dessa forma, a inauguração do cooperativismo de Owen se propagava entre seus seguidores enquanto modelo de produção alternativo ao capitalismo.

Assim como Owen, outros pensadores se debruçaram sobre as ideias socialistas na Europa, um deles é Charles Fourier, idealizador do projeto de instituição de falanstérios na França. Segundo Singer (2002, p. 36)

Sua ideia central era que a sociedade se organizasse de uma forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. O principal objetivo dessa organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento de produtividade e de produção.

A ideia dos falanstérios⁷ de Fourier não era tão coletivista quanto a da Aldeia Cooperativa de Owen apesar de se pautar também pela redistribuição e não divisão entre ricos e pobres. Contudo ambos queriam que suas ideias fossem experimentadas por intermédio dos capitalistas da época, portanto são caracterizados como os principais teóricos do socialismo utópico, ao lado de Saint-Simon.

Marx, em seu tempo, conjuntamente com Engels traçam algumas críticas e ponderações importantes para que possamos compreender o que é o socialismo utópico e o que ensejam os projetos de Owen, Fourier e Saint-Simon. Em o *Manifesto do Partido Comunista* eles expressam que

⁷ Construções, edifícios que ficariam à parte da cidade onde se organizaria comunitariamente toda a forma de ser.

Os sistemas propriamente socialistas e comunistas, os sistemas de Saint-Simon, Fourier, Owen etc., surgem no primeiro período, ainda não desenvolvido, da luta entre o proletariado e burguesia que anteriormente descrevemos. Os fundadores desses sistemas veem, na verdade, o antagonismo de classes bem como a atuação dos elementos de dissolução na própria sociedade dominante. Mas não atribuem ao proletariado qualquer atividade histórica, qualquer movimento político próprio. (MARX; ENGELS. 2015, p. 99)

Essa afirmação reforça o caráter paternalista do projeto do socialismo utópico, idealizado a partir de conhecimentos das ciências sociais e das leis sociais, sendo caracterizado por uma iniciativa individual e altruísta que ao invés de reconhecer o proletariado enquanto classe revolucionária, apenas o coloca na posição de classe sofrida. Nesse contexto ambas as classes antagônicas (burguesia e proletariado) teriam ganhos de maneira pacifista.

Contudo isso não implica dizer que o socialismo utópico não conserva uma crítica à sociabilidade capitalista. Os socialistas utópicos propuseram elementos que sem dúvida implicam para sua época a extinção do nascente antagonismo de classe, elementos tais como: a supressão da distinção entre campo e cidade, da família, do lucro privado, do sistema de salários e etc.

Os socialistas do século XIX eram chamados de “socialistas associonistas ou societários”. Para muitos a “associação livre” bastava para solucionar todos os problemas sociais e por esta concepção, se diferenciavam de Saint-Simon e seus seguidores, que, na verdade, defendiam a “estatização” ou o “coletivismo estatal”. Portanto, havia uma identidade de origem, na primeira metade do século XIX, entre o movimento cooperativista e o movimento socialista. (NASCIMENTO, 2019a. p. 108)

As ideias do socialismo utópico dominaram boa parte do pensamento revolucionário durante o século XIX, tratando o socialismo enquanto verdade absoluta e automática, como uma espécie de saída justa tanto para a burguesia quanto ao proletariado. Isso revela o quão híbrida pode ser essa concepção de socialismo e que apesar de formulada enquanto crítica ao

sistema capitalista, ao passo que se executa, tal pensamento pode se afeiçoar a um viés mais conservador.

Salvo todas essas ressalvas, afirmamos que nas experiências do socialismo utópico o elemento da estratégia autogestionária foi de fundamental importância não só para idealizar, mas para dar vida e organicidade aos falanstérios de Fourier e as Aldeias e Cooperativas de Owen. Estamos diante da representação e experimentação do trabalho associado em meio ao brutal processo de desumanização com a máxima exploração do trabalho e expropriação dos trabalhadores que marcam a ascensão da burguesia na Europa e a situação cotidiana do operariado naquela época.

Todavia, ao passo que houve uma expansão significativa do cooperativismo durante todo o século XIX, onde predominava a cogestão, também houve processos contraditórios acerca da instituição, administração e da democracia interna das cooperativas. Para Singer (2002, p. 49)

A controvérsia sobre se a autogestão era ou não essencial ao cooperativismo iria prosseguir por muito tempo e a rigor não se encerrou ainda. Na época, ela dividia tanto o movimento operário como as correntes políticas de classe média. Os veteranos owenistas e socialistas viam no cooperativismo de consumo não um fim em si, mas um passo em direção à comunidade cooperativa ou socialista, cuja essência seria o autogoverno dos produtores. Mas, para os cooperadores operários mais jovens, que haviam aderido numa época em que o padrão de vida estava melhorando, o cooperativismo de consumo era a realidade, servindo para promover a poupança mútua e fornecer bens não adulterados a preços justos.

Ou seja, parte acreditava no autogoverno dos trabalhadores e na partilha dos lucros enquanto meio de superar o antagonismo entre capital e trabalho para proporcionar a classe trabalhadora uma sociedade mais justa e outra parte apenas se valia do cooperativismo para beneficiamento individual. Esse foi e ainda é um dos principais entraves do cooperativismo em seu viés “solidário”, mas esse debate será explicitado com mais rigor no próximo item deste capítulo.

Retomando nossa análise histórica da prática autogestionária, ainda no século XIX, destacamos a experiência da Comuna de Paris (1871) que se deu quando os patrões abandonaram as fábricas e os trabalhadores se organizaram para retomar o seu funcionamento

8

A Comuna de Paris sem dúvida foi a maior e principal instituição de um modelo de democracia proletária naquela época. Por meio de comitês e reuniões os operários nomeavam seus gerentes, chefes de oficina e de equipe. Onde o comitê de fábrica se reunia todas as tardes para decidir coletivamente o trabalho do dia seguinte. A propósito, a experiência da Comuna extrapola a esfera de produção apesar de seu estopim ter se dado no chão de uma fábrica falida.

Por uns dias gloriosos a insurreição proletária põe em ato uma ordem inédita que, entre outras coisas, pretende reinventar a economia mediante a reativação pelos trabalhadores das fábricas fechadas sob forma de uma união de cooperativas e substituir o Estado centralista por um descentralizado regime comunal assembleário. (BARTRA, 2016, p. 94 *apud* NASCIMENTO, 2019, p. 23)

Além disso, a Comuna de Paris foi um significativo exercício de democracia proletária e efetiva, em face da rejeição do operariado parisiense ao Império Prussiano. Ou seja, mais que insurreição, a Comuna de Paris é expressão da revolta proletária em meio à guerra entre França e Prússia (VALLE, 2013).

Nascimento (2019b) chama a atenção de que, ao analisar a Comuna de Paris, Marx apontou que a mesma foi o governo da classe trabalhadora e não à toa essa experiência guia está presente em boa parte das elaborações acerca do socialismo científico e da práxis autogestionária:

⁸ Não é nossa intenção desvelar toda a história e política experienciada na França durante os tempos que precederam a efetivação da Comuna de Paris. Esse debate pode ser observado em Marx (1999), Hobsbawm (1977).

[...] a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho. (MARX, 1999, p. 95-96)

Enquanto uma forma de governo dos trabalhadores, a Comuna de Paris exercitou algumas medidas para sua plena instituição, tais como: combate à burocracia pela supressão do aparelho estatal; abolição do exército e sua substituição pelas milícias populares; interdição do acúmulo de cargos; organização de conselhos operários nas fábricas abandonadas pelos patrões; redução da jornada de trabalho para 10 horas; eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores; reforma do ensino; revolução cultural do cotidiano (NASCIMENTO, 2019a). A Comuna de Paris significou a mais vitoriosa estratégia de destruição da máquina do Estado Burguês, se utilizando da autogestão operária para realizar a emancipação política e econômica daqueles trabalhadores.

Passando para o início do agitado século XX, nos deparamos com a práxis instaurada nos soviets (conselhos operários) ainda no ano de 1905, na Rússia. Já em 1917, mediante a ascensão das estratégias revolucionárias, os conselhos operários tomam corpo novamente, florescem dessa vez não só nas fábricas como também nos bairros das cidades.

Os soviets surgem como expressão do poder popular, ainda quando surgiram partidos políticos, sindicatos e cooperativas por toda a Rússia. Em geral, os Conselhos tinham a seguinte estrutura: uma Assembleia geral; um *Presidium*⁹; um Comitê executivo; Seções (operários, soldados, camponeses); Comissões (NASCIMENTO, 2019a). A estrutura e a dinâmica organizativa dos Sovietes se assemelham bastante com o processo da experiência da Comuna de Paris, ambas prezam pela autogestão, autonomia e auto emancipação dos trabalhadores.

Não podemos deixar de destacar dois elementos cruciais para a ascensão da URSS. Um deles é o momento de rearranjo do próprio capitalismo com a enseada da Primeira Guerra Mundial, quando a Revolução Russa irrompe da primeira crise global do sistema capitalista (HOBSBAWM, 2014). O outro elemento é que outros países do mundo também se voltaram

⁹ Órgão coletivo de governo, instituição presente em toda a URSS.

à uma estratégia de resposta à crise, de maneira autoritária e deletéria como foi o Nazismo na Alemanha e o Fascismo na Itália.

Essa era a imagem do mundo e do capital na época da Revolução de Outubro, diante de um solo fértil de possibilidades, mas que espraia contradições logo nos primeiros anos da tomada do poder. Linera (2018, p. 64) destaca que

A revolução soviética será o laboratório mais extraordinário e dramático desta contradição viva entre centralização e democratização que define o destino desta e de qualquer outra revolução contemporânea.

Isso fez com que, ao mesmo tempo em que a URSS experimentasse as contradições internas, teve que se colocar na geopolítica mundial enquanto potência econômica, rumando o caminho para o socialismo real. Apesar disso, os principais partidos de esquerda da Rússia, os Bolcheviques e os Mencheviques, não levavam à questão do operariado para os seus programas partidários (NASCIMENTO, 2019a) , por mais que houvesse convergência entre a vanguarda (o partido político) e os operários dos conselhos e comitês de fábrica.

Neste cenário, gradativamente a burocratização foi tomando corpo e a estratégia de revolução socialista foi dando espaço à estatização dos meios de produção e da riqueza.

A estatização dos meios de produção, a preservação do salariedade como forma de remuneração do trabalho, o controle do processo produtivo pela tecnocracia, o partido político no cume do estado são prática dominantes na URSS, China, países do Leste europeu e Cuba. Houve uma revolução? Sim. A propriedade privada dos meios de produção foi substituída pela propriedade estatal dos mesmos, só que gerida por uma burocracia que tem no partido, seja socialista (PS), seja comunista (PC) - seu principal instrumento de disciplina do trabalhador. (TRAGTENBERG, 1986 *apud* NOVAES, 2011, p. 25)

Logo após a morte de um dos líderes da Revolução - Lenin - a burocracia foi dando o tom das organizações operárias e das instituições do Estado pós-revolucionário, fazendo com que os conselhos não fossem centrais nas tomadas de decisões estratégicas que ficaram restritas a apenas uma parte dos trabalhadores. Ou seja, podemos enxergar uma crescente

burocratização das decisões vitais da sociedade que estrangulava a organicidade dos conselhos, guiada pelo fato de que a autogestão não era um coro uníssono e alvo de disputa.

Já durante o processo de ascensão de Stalin na Revolução Russa se experimenta uma ampliação das contradições existentes na experiência revolucionária, mas não está fincada apenas nisso a derrocada da URSS. Em 1970, mediante a Guerra Fria, a economia mundial passara por um processo conturbado que implica que os líderes soviéticos, governados por Gorbachev manuseiem o Estado para fazer reformas que sejam capazes de adequar a URSS à economia global.

Somando-se à isto, o colapso da URSS também se deu pelo fato de esse território revolucionário ser um ponto de água num oceano extenso, ou seja, o fato de as revoluções em outros países não entrarem em voga deixou comprometida e isolada a experiência socialista soviética, apesar de todas as conquistas imensuráveis que esse processo pôde trazer para a história e para o povo russo.

[...] Em geral, toda revolução social que não se junte a outras revoluções sociais em escala mundial, cedo ou tarde, fracassa e inevitavelmente fracassará. Por si só, inexoravelmente, será levada ao fracasso em sua tentativa de construir o comunismo; embora certamente durante todo o desdobramento de seu desenvolvimento possam ser alcançados grandes e irreversíveis ganhos sociais, trabalhistas e materiais para a população trabalhadora não apenas no país insurgente, mas de todos os países do mundo, motivados pela presença - ameaçadora para as burguesias ou estimulante para as classes trabalhadoras - da revolução socialista em marcha. Na ausência de uma disseminação mundial, as revoluções sociais emergentes prolongam sua permanência dependendo da atitude frente aos fatores de conteúdo revolucionário. (LINERA, 2018, p. 121)

As experiências pautadas nessa análise, mediante contradições e dificuldades nos remete as potencialidades do socialismo e sua dinâmica no decorrer da história contemporânea, nos colocando novos debates e as tarefas do nosso tempo. Não cabe aqui negar o legado dessas experiências, mas fazer a explanação cuidadosa dos processos.

Outros processos e lutas baseados na práxis autogestionária fazem parte da história recente no século XX, como as experiências do Leste Europeu, na Iugoslávia e

Tchecoslováquia, as experiências Latino Americanas no Brasil e no Chile. Contudo, não é nossa intenção fazer um debate mais aprofundado sobre essas experiências, muito embora estejam na nossa realidade e nas elaborações sobre os ciclos autogestionários¹⁰ (NASCIMENTO, 2019a) no mundo afora, elencamos apenas duas que mesmo nas suas contradições consideramos por serem as mais exitosas.

Podemos resgatar o que está na base do socialismo para Mészáros que é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do seu sociometabolismo, ou seja, uma sociedade pós-capital extinguirá todas as determinações das produções de mercadorias, é assim que o socialismo vencerá.

3.2 Autogestão Socialista e Economia Solidária: rumo à transformação societária?

As contradições engendradas no modo de produção capitalista podem ser consideradas motivações e instrumentos para a superação desta ordem social e econômica. É diante desse pressuposto e com base nas experiências históricas do cooperativismo que se desenvolve o que chamamos atualmente de Economia Solidária (EcoSol)¹¹. Como é expresso no Documento Final da II Conferência Nacional de Economia solidária (II CONAES¹², 2010, p. 10).

A economia solidária tem origens remotas na história das sociedades humanas. Ela está intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos

¹⁰ Os ciclos autogestionários dizem respeito à diversos momentos particulares da história onde a autogestão foi experimentada enquanto alternativa de construção de um novo processo de lutas ou ruptura contra o capital. Ver Nascimento (2019a).

¹¹ A terminologia “Economia Solidária” é uma particularidade da construção teórica coletiva dessa nova economia no Brasil. O que nasceu enquanto cooperativismo na Inglaterra (SINGER, 2002) em outros países, atualmente pode ser chamado de *economia popular* ou *economia popular solidária*.

¹² A II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília nos dias 16 a 18 de junho de 2010, foi convocada para debater o tema: o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento.

povos, ao reconhecimento do conceito de bem-viver e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e da reciprocidade. No âmbito da revolução industrial europeia, no início do século XIX, a economia solidária se manifestou nas lutas históricas de trabalhadoras (es), materializada sob a forma de cooperativismo e nas diversas modalidades de associativismo, como alternativas autogestionárias de resistência ao avanço avassalador do capitalismo e na construção de uma sociedade justa e democrática.

O leito histórico e político da economia solidária reside nas experiências apresentadas no item anterior, vivenciadas no século XIX e que toma um maior corpo no final do século XX diante da eclosão da crise estrutural do capital, com o desemprego em massa e o reordenamento da produção. Diante disso estamos afirmando que esse foi e é um terreno fértil para a disseminação do ideário da economia solidária. Segundo Oliveira (2012, p. 19)

Ela [economia solidária] poderá ser um dos movimentos sociais de maior mobilização desse início do terceiro milênio. Primeiramente porque o capitalismo, na sua expressão financeirizada, não responde às necessidades da maioria da população, provocando desemprego estrutural, fome e destruição ambiental.

As práticas em economia solidária preconizam a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade étnica e de gênero, o compromisso com o meio ambiente e a sustentabilidade, a democracia participativa na perspectiva de construção de um novo modelo de sociedade sem opressão e exploração.

O trabalho, no seu formato associado é a égide central da organização da economia solidária, e se caracteriza nas relações de trabalho fundadas na coletividade dos meios de produção e socialização do que é produzido e gerenciado nos empreendimentos, suprimindo as relações desiguais de patrão x empregado, e assim, quebrando a cultura da hierarquização e do autoritarismo crescentes na sociabilidade capitalista. Para Singer (2002, p. 114)

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros

da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor.

É essencial compreender a economia solidária enquanto um projeto em construção que sintetiza os debates e as ferramentas da classe trabalhadora em prol da construção de uma nova forma de vida e sociabilidade. Para caminhar com esse projeto é necessária a utilização de ferramentas de formação sociopolítica - trabalho de base - para cultivar nos trabalhadores o sentimento de mudança para a construção de uma nova sociedade, cultivar os valores da economia solidária, pois a

Economia Solidária é um termo recente, da década de noventa, criado com o objetivo de reunir diversos movimentos e iniciativas, novas e antigas, que possuem como valores comuns:

- posse e/ou controle coletivo dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito;
- gestão democrática, transparente e participativa dos empreendimentos econômicos e/ou sociais;
- distribuição igualitária dos resultados (sobras ou perdas) econômicos dos empreendimentos.¹³

Para a efetividade na realização do projeto da economia solidária, Singer (2002) elenca como sendo talvez a principal diferença entre os empreendimentos solidários em detrimento dos capitalistas, a utilização da autogestão ao invés da heterogestão. O autor diz que

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há

¹³ UNISOL BRASIL.

necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios. (SINGER, 2002, p. 18)

Podemos encontrar diversas formulações e visões no interior da economia solidária, mas estas se complementam ao destacar como princípio norteador das ações, a autogestão. Compactuamos com a afirmação de Oliveira (2012) quando ela situa a autogestão na construção do socialismo como sendo realizável e que no capitalismo a autogestão seria uma contradição. Isto é o que se vê na disputa sobre a terminologia da autogestão, compreendendo a dinâmica histórica e as experiências de efetivação da práxis autogestionária.

Entretanto, a autogestão não é um botão de funcionamento e sustentabilidade dos empreendimentos, tampouco esse princípio deve dizer respeito somente ao interior dos empreendimentos econômicos solidários (EES) e nem ao modo das relações de produção.

[...] estas iniciativas [de economía social solidaria] no plantean por sí mismas un nuevo orden económico, imposible de lograrlo en el sistema mundo actual con hegemonía del capital global, pero sí suponen una transición forjada desde lo que se podría avanzar en el espacio nacional disputando la hegemonía de los intereses del capital hacia los intereses del ser humano y de la vida misma. (SÁNCHEZ, 2017, p. 89 *apud* AGUILAR, 2018, p. 90)

Ou seja, as experiências da economia solidária podem rumar para a transformação societária, mas se realizam no interior da dinâmica da sociabilidade capitalista e expressam as formas particulares nos países da periferia, sobretudo num momento de crise. E além do mais, os empreendimentos refletem transformações objetivas e subjetivas, de criação de identidade coletiva enquanto classe trabalhadora mediante processos de autogestão. Estes processos que só garantem o teor de transição da ordem do capital, quando articulado à todas as esferas da vida e do trabalho.

Novaes (2011, p. 70 - 71) ao citar parte de uma palestra de Tiriba (2002) em Belo Horizonte, utiliza a seguinte afirmação:

(...) prefiro não adjetivar um empreendimento de ‘autogestionário’. Talvez fosse um pouco mais humilde de nossa parte dizer que nestes processos produtivos os trabalhadores se inspiram nos princípios da autogestão para poder repensar a organização do trabalho. Penso que chamar, de antemão, esses processos de autogestionários é reduzir o significado da autogestão a um processo que é vivido apenas entre as quatro paredes de um estabelecimento. (...) a autogestão diz respeito aos processos mais amplos da vida (...). A produção associada como uma forma de organização dos trabalhadores (...) não diz respeito a vinte trabalhadores que olham para si mesmos, para seu próprio umbigo, mas têm a sociedade dos produtores livres como horizonte.

Devemos nos atentar ao fato de que as iniciativas em economia solidária expressam diversos limites e contradições ao passo de sua realização. Isto quer dizer que há algo mais necessário que o discurso, a prática é o critério da verdade e a realidade na qual se inserem as alternativas em economia solidária é muito complexa no que diz respeito à subjetividade e as condições objetivas de vida da classe trabalhadora. Portanto, é necessário considerar que falar de autogestão na perspectiva socialista é falar de democracia proletária e da construção de uma nova sociedade que se volte para a satisfação das necessidades humanas.

Não podemos negar que a queda do muro de Berlim e o desenrolar da crise estrutural do capital para alguns teóricos colocam em xeque a atualidade do marxismo e da transformação societária, o que implica vivenciar uma crise teórica que para tantos significa “o fim do socialismo”. Portanto para que a economia solidária não herde as implicações dessa crise teórica (NOVAES, 2011), as contribuições de Mészáros são de uma importância gigantesca para os debates e o fortalecimento da construção de uma vertente fortalecida e de transformação societária no interior da economia solidária.

3.3 A centralidade dos “produtores livres associados” na construção de uma nova ordem sociometabólica: Mészáros e o socialismo no século XXI

István Mészáros é um dos poucos autores do leque marxista da contemporaneidade que não teve sua teoria defasada em meio à crise teórica que apontamos mais acima, de forma que este filósofo é comprometido com a refundação do marxismo. As obras de Mészáros são revestidas da atualidade da estratégia socialista de superação global do Capital, ou seja, sem titubear, da substituição do sociometabolismo do capital pelo sociometabolismo socialista, ou simplesmente, socialismo.

Mészáros foi filósofo e precedente da escola de Lukács, na Hungria. Ele coloca no centro do debate atual a crise estrutural do capital - que nos detivemos em analisar no primeiro capítulo - e demonstra por várias vezes que a barbárie produzida pelo capital em crise só poderá ser superada por uma transição consolidada que desague no socialismo, como forma radical e antagônica ao capital. Isto quer dizer que a superação da crise estrutural do capital diz respeito a superação do próprio sistema global do capital conforme afirmamos anteriormente.

Mészáros tece a crítica à sociedade produtora de mercadorias e vislumbra a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas (NOVAES, 2011). Para Mészáros, a construção do socialismo perpassa uma sociedade de “produtores livres associados” que exerceriam o controle global das decisões estratégicas da sociedade e também da produção coletiva, é isso que estamos compreendendo por autogestão socialista.

[...] a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma *democracia substantiva* pelos produtores livremente associados. (MÉSZÁROS, 2004 p. 45) (grifos do autor)

Nesta perspectiva a classe trabalhadora se coloca como única responsável pela destruição dos três eixos constitutivos do sociometabolismo do capital: o Capital, o trabalho assalariado - alienado -, e o Estado (NASCIMENTO, 2019b).

Em “O Poder da Ideologia” (2004), Mézáros ao falar da autonomia e da ideologia nos coloca diretamente em contato com a concepção de autogestão, ele concebe que

[...] os socialistas afirmam que a única autoridade capacitada para a tarefa de administração dos seres humanos como os recursos vitais do progresso social e econômico é a autoridade auto constituída dos produtores associados. A *autogestão* é por eles considerada não apenas praticamente viável, mas também historicamente necessária, tendo em vista as crescentes contradições internas do sistema reprodutivo socialista e a crise de autoridade agora abertamente admitida até por seus defensores mais agressivos. (p. 513) (grifos do autor)

Nessa elaboração o autor se preocupa em traçar uma ideia em consonância com Marx, quando fala diretamente do conteúdo do projeto socialista, nos demonstrando que a estrutura chave desse projeto se trata de transformar o trabalho em auto atividade, onde os trabalhadores coletivamente e associadamente produzam segundo as suas reais necessidades, conformando, assim, a vida num sistema comunal ou autogestionário.

Esta radical eliminação do capital pelos indivíduos auto-emancipados de sua presente dominação do metabolismo social é o exato conteúdo do projeto socialista. Em oposição ao modo como se exerce o domínio do capital sobre a sociedade, a concepção socialista vislumbra, nas palavras de Marx, “*um plano geral de indivíduos livremente associados*”, partindo do seu reconhecimento de que “o relacionamento universal moderno não pode ser controlado pelos indivíduos, a menos que seja controlado por todos. É o que se quer dizer com a proposta de “*transformação do trabalho em autoatividade*”, o que se subordina à premissa material de se reobter o controle sobre a divisão social do trabalho. (MÉSZÁROS, 2004, p. 516) (grifos do autor)

Mais à frente ele retoma a questão da autogestão enquanto pilar constitutivo do socialismo quando afirma que:

A concepção socialista da atividade produtiva como não apenas um meio de vida, mas a principal necessidade da vida (...) é compatível tão somente com a forma de autoridade correspondente, isto é, com a autoridade diretora

livremente auto constituída dos próprios produtores associados. (MÉSZÁROS, 2004, p. 533).

Precisamos nos atentar ao fato de que o trabalho é fundante, e o que está em jogo na construção do projeto socialista é a superação do trabalho em sua forma subordinada e alienante em consonância com o instrumento político de dominação das classes trabalhadoras, o Estado, para que o Capital esteja completamente derrotado. Ou seja, é impreterivelmente imperativa a superação total do sociometabolismo do capital pois uma sociedade pós capital extinguirá todas as determinações da produção de mercadorias (Novaes, 2011). Mézáros (2011, p. 628) chama nossa atenção ao dizer que:

[...] A questão fundamental é o *controle global* do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os *direitos de propriedade* estabelecidos: precisamente por isso é que devemos constantemente ter em mente que a “expropriação dos expropriadores” é apenas o pré requisito necessário para as mudanças necessárias. (grifos do autor)

Nessa afirmação reside o tom da crítica tecida por Mézáros as experiências socialistas que apontamos no tópico anterior, sobretudo ao que diz respeito à Revolução Russa. Em sua obra elementar denominada “Para Além do Capital” o autor se dedica a uma análise completa das tendências históricas da sociedade e da transição ao socialismo. Nesta obra destacamos um excerto que define o tom da crítica a qual nos referimos. Vejamos

[...] Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas apenas arranhar a superfície deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas - ainda que numa forma alterada - no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo, do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do socialismo de mercado. (MÉSZÁROS, 2011, p. 629)

Em síntese, enquanto a experiência da URSS estatizou os meios de produção ao expropriar os expropriadores ainda foram cultivados valores da sociabilidade capitalista tais

como o planejamento burocrático de toda a produção e outras determinações que suprimiram o papel dos soviets colocando em segundo plano a construção da verdadeira democracia proletária. Como afirma Novaes (2011, p. 36) no caso da Revolução Russa os meios de produção foram questionados, mas as relações de produção capitalistas se reproduziram sob nova roupagem.

[...] O poder estatal foi conquistado em 1917 pelo Partido Bolchevique, que, após a revolução, não só permaneceu como controlador das funções estatais diretas como também se encarregou de supervisionar - em sua totalidade e em cada um dos detalhes - o processo reprodutivo material e cultural. Isso criou uma relação capital-trabalho sem igual na sociedade pós-revolucionária. Por um lado, o novo tipo - soviético - de personificações do capital, sujeitas a autoridade absoluta do plano central consagrado em lei, não poderia, ao contrário de seus similares capitalistas, exercer individualmente sequer uma limitada autonomia na tomada de decisão sobre o controle do processo de produção. [...] Por outro lado, na relação-capital pós-revolucionária, o trabalho não poderia ser fragmentado e atomizado segundo o modelo do processo de trabalho capitalista, apesar de o partido stalinista ter tentado impor - graças inclusive a prisões e campos de trabalho forçado - a mais severa disciplina de trabalho, tornando os trabalhadores indivíduos criminalmente responsáveis por seu fracasso em corresponder à norma a eles imposta. (MÉSZÁROS, 2011, p. 780)

Por isso tornamos a afirmar que a autogestão significa a retomada do controle do processo produtivo, do produto do trabalho, de si e da civilização humana (MÉSZÁROS, 2011). Portanto qualquer experiência de transformação societária que não preconize essa estratégia será levado ao fracasso. Se trata da desmercantilização da vida e da democratização de tudo. Um giro de 360° nas relações sociais que implica a superação total da alienação do trabalho e uma centralidade na participação das classes trabalhadoras nas tomadas de decisões estratégicas da sociedade.

Mészáros (2011, p. 820 - 821), ao analisar a atualidade da ofensiva socialista, aponta que é necessário, ao construir e seguir uma teoria de transição, investigar a possibilidade de

[...] (3) passar da atual *fragmentação* das forças sociais à sua *coesão* no empreendimento dos *produtores associados* (que implica o desenvolvimento bem sucedido da *consciência de massa* socialista, resultando de se assumir

responsabilidade pelas consequências das práticas produtivas e distributivas autoadministradas);

(4) realizar genuínas *autonomia* e *descentralização* dos poderes de decisão, em oposição à sua concentração e à sua centralização existentes, que não podem de modo algum funcionar sem “burocracia”;

(5) transcender a divisão e a “inércia circular” entre sociedade civil e Estado político pela unificação das funções de trabalho e tomada de decisão;

(6) abolir o segredo de governo, predominante por toda parte, instituindo uma nova forma de *autogoverno aberto* pelas pessoas interessadas. (grifos do autor)

É necessário considerar, comungando com Mészáros que com o socialismo estaremos diante de um novo sistema de reprodução sociometabólico, sem classes sociais, sem Estado enquanto forma de dominação e sem nenhuma herança do Capital quer seja no espectro político, social ou econômico. Se assim não for na sua radicalidade, o socialismo não será. Para tanto, a práxis autogestionária e a participação direta dos trabalhadores ocupam um lugar central nas análises de Mészáros no que diz respeito à transição socialista. Sobre a questão fundamental de se ir *para além do capital*, o filósofo aponta que

O que está em jogo, então, é a constituição de uma estrutura organizativa capaz não só de negar a ordem dominante, mas também, simultaneamente, de exercer as funções vitais positivas de controle, na nova forma de autoatividade e autogestão, se, realmente, as forças socialistas estão para romper o círculo vicioso de controle do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 1067)

Em “O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico” Mészáros prossegue sua análise sobre a questão da ofensiva e da atualidade do socialismo no século XXI e demarca mais uma vez o que deve estar nas bases da estratégia socialista. Para ele

[...] só é possível falar em socialismo quando as pessoas detêm o controle de sua própria atividade e da alocação de seus frutos para seus próprios fins. Isto significa a autoatividade e o autocontrole da sociedade pelos “produtores associados”, como Marx o expressou. Naturalmente, os “produtores associados” não podem controlar sua atividade e seus objetivos a menos que controlem também a alocação do excedente socialmente

produzido. É, pois, inconcebível instituir o socialismo se um corpo separado permanece no controle da extração e apropriação do trabalho excedente. (MÉSZÁROS, 2007, p. 68)

É necessário tomar cuidado para não cair na falácia de que a instituição do socialismo remeterá a sociedade para os moldes que eram o comunismo primitivo¹⁴, do contrário, a supressão da ordem de controle sociometabólica do capital e sua substituição por outra ordem - a socialista - poderá vir a ser o passo mais largo dado pela humanidade e pelo movimento socialista. A estratégia socialista será construída mediante as lições do passado e as tarefas do presente, a necessidade vital de superar a crise estrutural do capital é, sem dúvida, a necessidade de superar o próprio capital enquanto relação, opressão e dominação.

Em uma transformação social radical - tratando-se de uma revolução socialista - a mudança não pode se restringir ao pessoal governante, e, por conseguinte, a revolução deve ser social no sentido verdadeiro e onibrangente. Isto significa que a transformação e o novo modo de controlar o metabolismo social devem penetrar cada segmento da sociedade. É nesse sentido que o conceito de revolução permanece válido; com efeito, à luz de nossa experiência histórica, mais válido do que nunca. Uma revolução que não apenas erradica, mas também implanta. [...] É assim que o novo sistema se faz viável, capaz de se manter firme, crescente e movendo-se com êxito na direção que assegura a gratificação de cada membro da sociedade. (MÉSZÁROS, 2007, p. 78 - 79)

Nesta obra, o autor deixa cristalino que o problema da emancipação do trabalho só é concebível como a auto emancipação dos “produtores associados”, o que quer dizer e reforçar o papel das classes trabalhadoras na construção da nova sociedade socialista. Pois, não à toa é essa a classe que vive cotidianamente as contradições, as opressões e a face do capital destrutivo, por isso é somente à classe do trabalho que interessa a emancipação. Como nos afirma Rosa Luxemburgo (2003) o socialismo deve ser criado pelas massas e realizado por todo proletário pois é onde existem as cadeias do capital que elas devem ser rompidas.

Nesse sentido, Mézáros em seu ensaio sobre “o socialismo no século XXI”, ainda na obra “O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico”, dedica um subitem a análise da participação e da transferência do poder de decisão aos “produtores associados”. Com rigor ele afirma que

¹⁴ Conforme analisado neste trabalho, no item 2.

É inconcebível tornar irreversível a ordem social alternativa sem a plena participação dos “produtores associados” na tomada de decisão em todos os níveis de controle político, cultural e econômico. Pois esse é o único meio pelo qual as grandes massas do povo podem adquirir um interesse duradouro em sua sociedade e, com isso, identificar-se com os objetivos e modalidades da reprodução das condições de sua existência social. (MÉSZÁROS, 2007, p. 229)

Mais adiante ele demonstra que

Sem a estratégia geral de *transferência progressiva dos poderes de decisão aos “produtores associados”* (o que significa: transferi-los em todos os níveis, inclusive no mais alto), o conceito de participação não tem nenhuma racionalidade louvável. (grifos do autor)¹⁵

Isto posto, devemos nos atentar a dois elementos. O primeiro diz respeito à autogestão enquanto participação nas decisões estratégicas sobre a e da nova sociedade, em todas as esferas e não só na econômica ou produtiva. O segundo elemento é sobre o caráter progressivo e contínuo que Mézáros aponta para a realização dessa estratégia.

O sujeito social capaz de regular o processo de trabalho com base no *tempo disponível* só pode ser a *força conscientemente combinada da multiplicidade de indivíduos sociais*: os “produtores livremente associados”, como são habitualmente denominados. (MÉSZÁROS, 2007, p. 304)

Uma transformação radical exige tempo, e os “produtores associados” por um tempo - de transição - ainda trarão consigo heranças da velha cultura, por isso que é necessário compreender a gradatividade da transferência do poder de decisão. Aqui reside o mais estrito conceito de democracia socialista ou ditadura do proletariado.

Sendo assim, o principal desafio na questão de se ir para além do capital, sem dúvida, é construir um socialismo de fato realizável, permanente e mundializado com a participação

¹⁵ Ibidem

plena dos produtores associados. É imprescindível trabalhar com o ideário da práxis autogestionária enquanto estratégia fundamental para construção da nova sociedade emancipada.

Compreendemos que a autogestão diz respeito à todos os membros da sociedade pois estamos diante da desmercantilização dos processos econômicos, culturais, sociais e políticos do mundo, da construção de um novo homem e de uma nova mulher e da imposição do tempo histórico ao movimento socialista. Pois, não existe capitalismo civilizatório, existe um esgotamento das possibilidades reais de manutenção da ordem sociometabólica do capital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho visamos aprofundar a análise sobre a autogestão socialista mediante as considerações e formulações do filósofo István Mészáros, e mediante os caminhos que a sociedade vem trilhando historicamente. Analisamos o caráter do desenvolvimento e crise do capital e das estratégias que colocam em xeque sua dominação e exploração.

Afirmamos que a autogestão enquanto o controle do processo de trabalho e da vida pelos produtores livres associados deve ser concebida como a central estratégia para a construção do socialismo neste século. O capital tem mais de três séculos de história, nos quais sempre houve processos de resistência, o que de longe não quer dizer que o Capital tenha sido vitorioso. Do contrário, ele expressa suas contradições em processos violentos de exploração e espoliação no decorrer de sua estruturação.

A crise estrutural do capital demonstra o seu encontro com a derrota, com os seus próprios limites e expõe sua total insuficiência. No Brasil, já são 12,5 milhões de pessoas desempregadas e 4,7 milhões de pessoas em situação de desalento, segundo o IBGE (2019)¹⁶. Enquanto perspectiva, a população convive com a Contrarreforma Trabalhista e da Previdência e mais de 47% do PIB (riqueza produzida) está destinada para pagar o fosso sem fundo que é a dívida pública¹⁷.

¹⁶ Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadcm/tabelas>>

¹⁷ Fonte: ANFIP. Disponível em <<http://previdencia.anfip.org.br/>>

Essa realidade, têm colocado cada vez mais a classe trabalhadora numa condição de extrema pauperização, onde a saída colocada é o empreendedorismo ou o discurso das Igrejas Neopentecostais que pregam a prosperidade na base do mérito.

A autogestão é um termo em disputa e que o empreendedorismo não pode levar consigo. Cabe aos movimentos que a preconizam como ferramenta, inserir a autogestão socialista no centro de sua atuação com o horizonte na construção de uma nova sociedade alternativa ao sistema do capital. Se não for assim, a autogestão não será o pilar de constituição de “uma nova economia”, conforme proposto pela economia solidária. Ela não passará de um modelo avançado de administração e organização do trabalho em relação à heterogestão, mas isso significaria sua desvinculação da história das ofensivas contra o capital tal como buscamos resgatar neste trabalho.

Por fim, afirmamos que este estudo não se encerra por aqui, tendo em vista que a realidade é dinâmica e que a construção das estratégias para o socialismo é processual, assim como a organização dos trabalhadores. Como colocamos, a autogestão não é um botão e não se dará automaticamente excluindo as heranças deixadas do metabolismo social que queremos superar. É de nosso interesse continuar os caminhos que nos levem para além do capital e que nos propiciem desvendar os enigmas da autogestão socialista.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Eduardo Enrique. ¿De qué hablamos cuando decimos otra economía es posible? Reflexiones sobre las economías solidarias y los posibles significados de la transición. In: **Otra Economía**, 11(20):88-100, julio-diciembre 2018.

ANDRADE, Mariana Alves de. (et al). **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Documento Final da II Conferência Nacional de Economia Solidária - CONAES**. Brasília: SENAES, 2010.

DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Trabalho Associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica. Marília: Oficina Universitária. Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista. In: **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A, 1977.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. Cortez Editora. São Paulo. 2015.

LINERA, Álvaro García. **O que é uma revolução? Da Revolução Russa de 1917 à revolução em nossos tempos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LÖWY, Michael. (et al). **100 Palavras do Marxismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I, volume I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A Guerra Civil na França.** Edição Eletrônica. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/guerracivil.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista.** 3 ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O poder da Ideologia.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para Além do Capital.** 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Crise Estrutural do Capital.** 1. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Cláudio. **Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende: os ciclos de lutas pelo socialismo autogestionário.** 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019a. Disponível em: <https://lutasanticapital.milharal.org/files/2019/03/2019_Nascimento_BecoDosSapos08mar_final.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019a.

_____. **A Autogestão Comunal.** 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019b. Disponível em: <https://lutasanticapital.milharal.org/files/2019/04/2019_NascimentoComunal_final.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

_____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, Henrique T. (Org). **O Retorno Do Caracol à Sua Concha: alienação e desalienação em associação de trabalhadores.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. **Universidade e economia solidária: um diálogo necessário.** Natal: Edufrn, 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária versus Economia Capitalista. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 16, jun/dez 2001.

TIRIBA, Lia. **Trabalho, Educação e Autogestão: desafios frente a crise do emprego**. 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4575>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

UNISOL BRASIL. Disponível em :<<http://www.unisolbrasil.org.br/o-que-e-economia-solidaria/>>. Acesso em 07 nov. 2019.

VALLE, Camila Oliveira do. **A Comuna de Paris de 1871: organização e ação**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense - UFF. 2013. Disponível em; <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/04/Tese-Comuna-de-Paris-C-Valle.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2019.

WELLEN, Henrique. **Para a Crítica da “economia solidária”**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.